TL 5170-2

CENTRO PARA A CIDADANIA
TIMORENSE

Programa para o
Reforço das Competências
da Comunidade Timorense Residente em Portugal
e de
Apoio ao Desenvolvimento de Contextos Sócio-Profissionais Favoráveis à Participação, Retorno e Reinstalação

Estudo das Condições Necessárias e Elaboração dos Planos de Acção

Lisboa, Março de 2000

Relatório Final – Primeira Parte

Caracterização e Diagnóstico de Necessidades

ÍNDICE

Ficha técnica
Agradecimentos

I - Contexto e enquadramento

1. Introdução, objectivos e estrutura do relatório
2. Problemas em análise, origem e contexto do estudo
3. Metodologia e condicionantes de realização

II – Resultados da pesquisa

1. Decorrentes do levantamento de informação
    - 1.1 Caracterização da Comunidade e recenseamento de expectativas
    - 1.1.1 dimensão, distribuição demográfica, geográfica e por períodos de emigração
    - 1.1.2 situação face ao trabalho, ocupações profissionais actuais, níveis de habilitação académica, profissional e linguística
    - 1.1.3 intenção de regresso a Timor-Leste
    - 1.1.4 ocupações profissionais desejadas
    - 1.1.5 apoios identificados para o regresso
2. Decorrentes da análise
    - 2.1 Articulação de vontades expressas com necessidades prospectivas e grandes tendências para a elaboração dos Planos de Acção de apoio à Comunidade

Ficha Técnica

Entidade Executora:

Centro para a Cidadania Timorense – CCT, em colaboração com o Conselho Nacional da Resistência Timorense – CNRT

Data de sujeição da Proposta a financiamento:

16 de Junho de 1999

Entidade Financiadora:

Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste – Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data de Adjudicação:

9 de Agosto de 1999

Equipa Técnica:

- **Coordenação Executiva:** Teresa Almeida Costa
- **Secretariado:** Ana Isabel Beira
- **Entrevistadores:**
  - Ana Isa Madeira
  - Ana Delgado
  - Ana Paula Conceição
  - Célia Cardoso
  - Cláudia Baptista
  - Eugénia Guterres
  - Felícia Madeira
  - Georgina Santos
  - Isabel Botelho Leal
  - Júlia Alves
  - Juvenal Gusmão
  - Luís Santos
  - Maria do Carmo Câmara
  - Martinho Falcão
  - Natalino Faria
  - Nurima Alkatiri
  - Osvaldo Silva
  - Raquel Bispo
  - Rui Mimoso
  - Sara Duarte
  - Teresa Bessa
  - Teresa Sequeira
  - Xénia Carvalho
  - Zélia Valoura
- **Operadoras de Registo de Dados:**
  - Catarina Gonçalves
  - Maria do Carmo Carvalho
  - Maria João Borges
- **Concepção da Base de Dados:** EISA – Estudo e Implementação de Sistemas Automáticos, Lda

Agradecimentos

- Ao **INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação**
- À Administração e Direcção da **FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN**
- À **CINCO SENTIDOS, Comunicação, Lda.**

I – Contexto e enquadramento

1. Introdução, objectivos e estrutura do relatório

1.1 O presente documento constitui **a primeira parte do Relatório Final** relativo ao estudo das condições necessárias à elaboração dos Planos de Acção previstos no âmbito do projecto denominado "*Programa para o Reforço das Competências da Comunidade Timorense Residente em Portugal e de Apoio ao Desenvolvimento de Contextos Sócio-Profissionais Favoráveis à Participação, Retorno e Reinstalação*".

É o resultado do trabalho desenvolvido junto da Comunidade Timorense residente em Portugal, em torno das suas intenções de regresso a Timor-Leste e das condições técnico-profissionais de partida. Move, pois, esta pesquisa o **intuito de promover apoios específicos aos timorenses que tencionam voltar e participar no processo de reconstrução em curso.**

As iniciativas a promover pela sociedade portuguesa, Estado e organizações da Sociedade Civil, sector privado, identificados pelo presente estudo, situam-se aos níveis da **regulamentação jurídica** e da **formação profissional específica**, e têm por objectivo:

- apoiar o regresso;
- proporcionar participações qualificadas no processo de desenvolvimento sustentado de Timor-Leste.

Trata-se, assim, de fornecer aos timorenses instrumentos (formação a diversos níveis, estágios profissionais, legislação adequada ao incentivo ao retorno, entre outros), que os dotem de capacidades acrescidas para uma inserção social bem sucedida no "primeiro novo país do século XXI".

1.2 Constitui objecto desta primeira parte do Relatório a definição de prioridades formativas e de outras medidas de apoio à Comunidade Timorense residente em Portugal, no sentido de facilitar e promover uma colaboração qualificada dos timorenses que partam de Portugal no desenvolvimento sustentado de Timor-Leste.

As prioridades assim identificadas fundamentam os objectivos finais do Projecto e serão objecto da segunda parte do Relatório Final.

Nesse contexto serão explicitadas as Propostas de Apoio ao Regresso, constituídas por:

- Programa Integrado de Apoio ao Regresso;
- Plano de Formação – apresentação de programas de formação intensiva e definição de estratégias de aperfeiçoamento, complemento de estudos, reciclagem ou estágios profissionais adequados àqueles que vão regressar e à realidade económica e política do futuro Estado;
- Plano Institucional - concepção de mecanismos institucionais e de enquadramento legislativo que viabilizem o regresso e as participações pontuais e específicas.

Contornar a fragilidade dos elementos de natureza estatística e o desconhecimento produzido pelo fechamento do território ao longo de vinte e quatro anos de ocupação indonésia, através do esforço de sistematização e actualização de informação, constituía condição necessária para um acréscimo de eficácia das intervenções que viessem a ser desenhadas.

Por outro lado, as evoluções recentes da situação político-diplomática e a ausência de estudos anteriores sobre a especificidade da problemática em causa, determinaram a realização de levantamentos de informação tendentes ao conhecimento das novas realidades em questão.

Com efeito, a viabilização da consulta popular e o cenário de transição para a independência, originaram quadros de referência simbólica e de desenho de trajectórias de regresso até então difíceis de imaginar. Simultaneamente, eram desconhecidas as possibilidades de participação profissional e as necessidades dos timorenses que, em função do surgimento de um novo contexto, passaram a equacionar o regresso à sua terra no âmbito da sua participação no processo de reconstrução.

É importante referir que os estudos anteriores[1], de indiscutível valor, e a bibliografia disponível sobre a Comunidade não respondiam aos objectivos em presença. Reclamava-se, assim, novo levantamento de informação, que cobrisse zonas ainda não tratadas do ponto de vista do conhecimento.

Referimo-nos, concretamente, às actividades a desempenhar em Timor-Leste após o regresso ao território, aos apoios necessários à viabilização do retorno e às necessidades inerentes à criação de condições favoráveis à integração sócio-profissional.

Pretendia-se que a informação a produzir sobre a Comunidade fosse suficientemente representativa do conjunto dos elementos que a compõem. Por estarem em causa situações caracterizadas por alguma heterogeneidade (social, cultural e política) e, sobretudo, pelo facto de não haver sobre a dimensão da Comunidade elementos de quantificação precisos, não nos pareceu tecnicamente legítimo recorrer a qualquer técnica de amostragem.

O carácter estratégico, estruturante e participativo das intervenções a desenhar constituiu o fio condutor do presente estudo, desde o momento da concepção e ao longo de todo o processo de produção e desenvolvimento, tendo sido implementados dispositivos técnico-metodológicos com essa finalidade, concretamente:

---

[1] Dos quais se destaca o "Estudo Sobre a Situação Sócio-económica da Comunidade Timorense Residente em Portugal" realizado por IESE/GEOIDEIA.

- lançamento de um inquérito
- produção de uma Base de Dados
- análise de documentação de caracter técnico e político produzida sobre a Comunidade Timorense em Portugal, as perspectivas do CNRT e a cooperação portuguesa com Timor-Leste
- análise de diversos documentos sobre a situação em Timor-Leste e a sua evolução a partir de Setembro de 1999
- realização de uma missão a Timor-Leste
- organização de uma Mesa Redonda para discutir, de forma alargada e participativa, a natureza e tipo de apoios a prestar.

Foi, ainda, ao longo de todo o processo, estabelecido um diálogo regular entre interlocutores timorenses e portugueses.

Assim, a compreensão das características e dos desejos expressos pela Comunidade Timorense, o conhecimento da realidade social, económica e política emergente em Timor-Leste, as grandes tendências de desenvolvimento a médio/longo prazo e a participação, tão alargada e efectiva quanto possível, dos timorenses, das suas organizações representativas, assim como das organizações da sociedade portuguesa (Estado, empresas, ONG), constituíram elementos fundamentais na definição e estabelecimento de objectivos e prioridades.

Cremos que, no seu conjunto, o presente trabalho tem condições para poder vir a ser utilizado como **plano de referência da formação profissional** a realizar para timorenses que queiram regressar e, simultaneamente, poderá vir a ser o **documento enquadrador dos incentivos ao regresso**, porquanto as indicações nele contidas são o fruto de uma metodologia que privilegiou a representatividade, a participação dos diversos agentes e actores envolvidos e a realidade social, económica e política de Timor-Leste no período da transição à independência.

Não temos, contudo, a pretensão de fornecer listagens de cursos (à semelhança da situação pouco recomendada e habitualmente designada de 'formação por catálogo') ou de medidas de aplicação mecânica, porquanto sabemos que a maioria da população abrangida se confronta com níveis de incerteza muito grandes quanto ao evoluir da situação na sua terra. Este confronto situa-se também num plano sócio-psicológico, com dificuldades notórias de estruturar desejos, pela ambivalência (para tantos dolorosa) de ter que decidir sem possuir, para o efeito, elementos objectivos e precisos, esclarecedores das diversas opções em jogo.

1.3 Esta primeira parte do Relatório é constituído por dois grandes blocos lógicos:

1. Contexto e enquadramento
2. Resultados da pesquisa

O Projecto (cujos resultados são consubstanciados pelo presente Relatório) **avança com propostas acerca do tipo dos apoios a prestar à Comunidade, não se constituindo, em si, como um apoio específico.** No caso de se virem a implementar as medidas dele constantes, aí sim, estarão a consumar-se os apoios à Comunidade Timorense e, dessa forma, a estreitar-se as redes de cooperação com Timor-Leste.

A previsibilidade da sua execução é nesta fase diminuta, pois depende de vontades e opções políticas (a explicitar pela administração portuguesa, pelo CNRT, pela estrutura de administração transitória de Timor-Leste) e da dotação orçamental a afectar à sua realização, não cabendo, no âmbito deste Relatório, fazer qualquer tipo de projecção relativamente a essas possibilidades, chamando-se contudo a atenção, no que respeita à parte portuguesa, para a **importância de cumprir expectativas e desígnios, tantas vezes anunciados.**

O Relatório começa por fazer a apresentação dos principais problemas em análise, a origem e a preparação do estudo (capítulo 2). O capítulo 3 explicita a metodologia de suporte ao estudo, o contexto e condicionantes da sua realização.

Os capítulos seguintes contêm os resultados da pesquisa, nomeadamente: caracterização geral da Comunidade e recenseamento de expectativas e apoios solicitados, a articulação de vontades expressas com necessidades prospectivas e as grandes tendências orientadoras da elaboração dos Planos de Acção de apoio ao regresso.

Na segunda parte do Relatório serão especificados os requisitos para a operacionalização dos Apoios e feitas recomendações ao nível da arquitectura institucional e de coordenação operacional para a gestão das medidas previstas nos Planos. No primeiro capítulo apresenta-se o Programa Integrado de Apoio ao Regresso, o capítulo dois, dedicado ao Plano de Formação, subdivide-se nos Programas, respectivamente, de Formação e de Estágios Profissionais e, finalmente, o capítulo três consagra as recomendações no âmbito do Plano Legislativo.

Seguem-se, a fechar o Relatório, a Bibliografia essencial e os Anexos.

2. Problemas em análise, origem e contexto do estudo

2.1 A proposta para a realização do presente Projecto decorreu do contexto político e diplomático suscitado pelo Acordo assinado em Nova Iorque, e subscrito por Portugal, a 5 de Maio de 1999 e surgiu da necessidade, aliás identificada no *"Relatório sobre o Apoio do Estado Português a Timor-Leste no Período de Transição"*, de apoiar, de forma clara e inequívoca, os destinos de Timor-Leste, após a escolha que viesse a ser feita pelos timorenses através da consulta popular.

"A manutenção do papel de Portugal como potência administrante do território e as ligações culturais e afectivas entre Timor-Leste e Portugal, reclamam apoios especiais à população timorense na promoção do seu bem-estar e desenvolvimento"[2].

Este novo contexto suscitou, no CCT, posturas de actuação tendentes à preparação das condições de aprofundamento das redes de cooperação e solidariedade, adaptadas às exigências de uma sociedade caracterizada como profundamente desestruturada, do ponto de vista social, económico e político.

Embora se admitissem, à data da elaboração da proposta (Junho de 99), múltiplas incógnitas no que respeita ao contexto político e administrativo do território, (decorrentes da decisão inerente ao exercício do direito à autodeterminação), era claro que Portugal deveria, de facto, apoiar, através de programas de cooperação, as decisões futuras que viessem a ser tomadas pelo povo de Timor-Leste.

No horizonte de um Timor-Leste em transição para a independência, urgia dar resposta a expectativas de intervenções, tendentes à reorganização do tecido económico e à construção de um moderno Estado de Direito, enquanto garantes da vida em paz e democracia, através do desenvolvimento de programas sectoriais.

---

[2] "Relatório sobre o Apoio do Estado Português a Timor-Leste no Período da Transição", Gabinete do SENEC, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Maio de 1999.

2.2 A situação periférica e de isolamento a que Timor-Leste foi, inequivocamente, votado, manifesta-se nos diversos planos da vida política, económica e social.

A crise, sem precedentes, das actividades públicas e estatais e a degradação da economia reclamavam intervenções urgentes no território no sentido da construção do Estado e da revivificação, em moldes inovadores, da vida social e económica.

Já antes dos acontecimentos que se seguiram à consulta popular e ao colapso total da Administração Pública, a história jurídico-política que viveu Timor-Leste, os anos sucessivos de uma governação colonial, a subalternização dos timorenses aos diferentes níveis, o sub-investimento em capital humano e o facto de, durante a maior parte da sua história, Timor-Leste ter sido tratado como uma província (faltando-lhe, por isso, a capacidade institucional necessária a um Estado-Nação), empurraram Timor e os timorenses para uma situação de enorme desvantagem.

Esta impressionante conjugação de factores negativos impõe a necessidade da reorganização do tecido socio-económico e a construção de um moderno Estado de Direito.

2.3 Nos últimos 24 anos, a população timorense oriental foi confrontada com atentados constantes à sua condição humana e sociológica levados a cabo pelo sistema de poder vigente na Indonésia.

Violações maciças dos direitos humanos, incluindo perseguições, prisões, assassinatos, guerra e todo o rol de processos impeditivos do exercício do direito à autodeterminação, empurraram para o exterior milhares de timorenses que, na diáspora, foram sendo integrados nos diversos países de acolhimento e aí enquadrados em programas de educação e de formação.

Verifica-se, deste modo, que um número significativo de quadros timorenses se encontra ainda no exterior.

A eventualidade do seu regresso a curto prazo, devido às possibilidades de estabelecimento de condições adequadas de segurança em Timor-Leste, fazia com que se encarasse como absolutamente necessária a operacionalização de medidas de apoio ao restabelecimento das vidas pessoais e profissionais daqueles que iriam voltar, independentemente do tipo de regresso (temporário ou definitivo, período de duração da estadia).

Este facto remete para a importância de se definirem planos de apoio ao regresso, disponibilizando incentivos ao retorno, motivadores e facilitadores da participação na reconstrução.

2.4 Em Timor-Leste, torna-se imperativo levar a cabo um programa de reforma e de investimento, intervindo em duas frentes, no combate à exclusão e à pobreza e ao nível do desenvolvimento sustentado e participativo.

Coloca-se, pois, a reflexão e a acção no plano da cooperação para o desenvolvimento e não da ajuda de emergência.

Pensar e agir na perspectiva do desenvolvimento carece de uma rigorosa avaliação das condições existentes em matéria de competências e de infra-estruturas económicas e sociais.

É nesta acepção de tremenda responsabilidade histórica (a da condução dos processos de desenvolvimento pelos próprios timorenses) que reside a sustentabilidade do plano de reconstrução, altamente dependente da preparação e habilitação dos recursos humanos.

A **formação de quadros e a capacitação de timorenses** constitui, deste modo, uma das condições primordiais para a sobrevivência de Timor-Leste enquanto país independente.

É urgente proceder à identificação dos perfis profissionais necessários à reorganização do tecido sócio-económico (recuperação de sectores fundamentais e apoio ao desenvolvimento do sector privado e associativo) e à constituição de um aparelho de administração pública (reconstruir a capacidade do Estado).

Criar, a longo prazo, capacidades que sustentem o desenvolvimento harmonioso de uma sociedade e a vida em democracia é o propósito e o desafio que deverão nortear toda e qualquer intervenção de cooperação dirigida para Timor-Leste.

2.5 Neste quadro, tornou-se necessário **conhecer as expectativas e intenções face ao regresso** por parte dos timorenses a residir em Portugal **e o conhecimento da realidade político-administrativa actual** do território, para, de forma fundamentada, se proceder à elaboração dos programas de ajuda a Timor-Leste no âmbito de uma política de cooperação coerente e concertada.

Por outro lado, só através de um diálogo profundo e constante entre interlocutores timorenses e portugueses, no sentido da participação ampla e efectiva na definição e estabelecimento de objectivos e prioridades, seria propiciado o desenvolvimento de relações de estreita colaboração, sementes de relações de cooperação e parceria profícuas.

2.6 No final do Programa deverão estar reunidas as condições para se proceder à preparação técnica de quadros timorenses pertencentes à Comunidade a residir em Portugal, tendo como referência o seu desejo de participar na reconstrução de Timor-Leste.

A qualidade desta prestação será revelada nas capacidades que os timorenses venham a mostrar possuir quando ingressarem em funções em Timor-Leste.

É, justamente, na qualidade/operacionalidade dos seus futuros desempenhos que será avaliada a prestação das diversas instituições portuguesas intervenientes e a imagem de Portugal na sua capacidade de produzir e transferir capacidades social e institucionalmente úteis.

A concretização das medidas resultantes do presente Projecto, nomeadamente o fornecimento de alfaias psico-sociais e técnicas, irá gerar benefícios que ultrapassarão em muito o seu impacto económico imediato e poderá vir a constituir-se como uma referência, que reforçará a posição de Portugal no contexto internacional da ajuda a Timor-Leste.

O investimento que vier a ser feito na qualificação de recursos humanos timorenses, constituirá paralelamente um investimento na cooperação portuguesa com Timor-Leste, projectada num horizonte bastante mais ambicioso.

As intervenções aqui concebidas deverão ser assumidas como componentes de um **programa de ajuda integrado e coerente**, sem contradições com outros programas e projectos de apoio ao povo de Timor-Leste.

Pelas mais-valias que venham a produzir, tais intervenções poderão complementar e rentabilizar o empenho verificado no acolhimento e apoio à inserção de timorenses em Portugal nos últimos anos, assim como valorizar o esforço manifestado pela Comunidade Timorense na aquisição e reforço das suas próprias capacidades.

3 – Metodologia e condicionantes de realização

3.1 O presente Projecto foi concebido em estreita colaboração com o CNRT, tendo sido realizado, ao longo de todo o período que mediou entre a ideia e a forma final a sujeitar a financiamento, um trabalho sistemático de partilha de posturas e preocupações, no sentido da maximização dos benefícios e da eficácia dos resultados junto dos seus destinatários.

Foi apresentado a financiamento em meados de Junho de 1999, no contexto de uma conjuntura politicamente favorável para o território de Timor-Leste e para os timorenses que, a partir dessa altura, puderam começar a equacionar o seu regresso ao território.

A programação inicial (Julho a Outubro) teve em consideração, por um lado, o calendário do referendo e, por outro, a importância, urgência e oportunidade do apoio a prestar a Timor-Leste, após os resultados da consulta popular.

A realização do Projecto teve início em Agosto, imediatamente após a sua adjudicação pelo financiador.

3.2 A finalidade central de assegurar a participação, tão alargada quanto possível, da Comunidade na identificação das suas trajectórias e correspondentes necessidades, impôs enormes responsabilidades à tarefa de divulgação do Projecto. Isto foi particularmente sensível ao nível da operação de inquirição, de cujo êxito dependia o cumprimento dos objectivos da investigação.

A identificação e localização da Comunidade constituiu outro dos requisitos previamente identificados no planeamento do levantamento de informação.

Foi desde logo considerado que o trabalho de identificação e de informação e divulgação à Comunidade (sobre objectivos e finalidades em presença e mobilização para a participação), antecederia o levantamento da informação e que deveria ser levado a cabo por elementos respeitados e credibilizados no seu seio. Nesse sentido, tal incumbência deveria ser assumida pela entidade, por excelência, representativa dos timorenses, o CNRT.

Integrar na equipa de realização técnica elementos timorenses foi também um critério contemplado pela mais-valia comunicacional que os seus contributos faziam adivinhar. Foram integrados 16 timorenses na equipa de realização, correspondendo a 57% dos efectivos técnicos envolvidos.

Sintonizar com os preceitos legais portugueses em matéria de levantamentos de informação e de protecção de dados pessoais era condição legitimamente necessária. Desse modo, todo o processo inerente à operação de inquirição (modelo do questionário, autorização para efectuar os levantamentos de terreno e o registo do ficheiro), foi submetido e aprovado pela instância nacional competente – a Comissão Nacional de Protecção de Dados.

3.3 O principal instrumento de suporte ao levantamento de informação foi um questionário (ver anexo), preparado para responder aos objectivos da pesquisa em curso:

- profissões existentes e actividades profissionais desejadas
- habilitações académicas e profissionais existentes e interesses formativos
- condicionantes das intenções de regresso e expectativas de ajuda

Trabalhava-se, eminentemente, ao nível de desejos, expectativas e intenções, circunstância que não se coadunava com modelos de questionários rígidos (de questões fechadas), já que o imaginário de cada um não cabe em formulários, nem está pré-construído.

Por outro lado, a importância da saída atempada de resultados e a dimensão da população-alvo a abranger, não se compadecia com outros métodos e técnicas (porventura mais adequados a populações migrantes e a minorias étnicas), como por exemplo a entrevista em profundidade, histórias de vida, etc.

Quisemos, contudo, privilegiar a opinião individual e dar espaço às possíveis alternativas equacionadas pelos diversos indivíduos quando interrogados e socorremo-nos, para isso, das questões abertas.

O modelo de questionário adoptado foi apresentado, discutido e validado pelo CNRT.

3.4 Foi designada como população-alvo todos os filhos de timorenses maiores de 16 anos com residência em Portugal.

Os questionários foram aplicados nas suas residências habituais, independentemente do tipo de residência (colectiva ou casa de habitação).

Em cada residência visitada era perguntado *i)* "quantos timorenses residem em permanência nesta morada?" e *ii)* "quantos têm menos de 16 anos?".

As respostas a estas questões permitiram quantificar e **recensear 1.773 timorenses, dos quais 18% (327) com idades entre 0 e 15 anos.**

56% da população foi inquirida em casas de habitação, 43% nas diversas residências colectivas, designadamente apartamentos da Segurança Social, Residencial Barca do Tejo, Pensão Floresta, apartamentos do Forte da Casa, Residência do Mosteiro, etc. Apenas 1% dos inquiridos reside noutro tipo de alojamento (Centro Paroquial e Colégio de Padres).

O questionário foi aplicado a todos os indivíduos que cumpriam os pré-requisitos considerados na definição da população-alvo. A diferença de 23,6% (entre população recenseada e população inquirida), corresponde à taxa de não-resposta e refere-se a indivíduos que não se encontravam em casa nas diversas deslocações efectuadas ou que se encontravam fora de Portugal no período do levantamento ou, ainda, a recusas explícitas.

3.5 O conhecimento e a experiência detidos por diversas instituições e organizações do sector público e dos sectores privado e não governamental português, bem como a de timorenses e de organizações representativas da Comunidade Timorense, constituíram-se elementos de informação e ponderação durante a execução dos trabalhos.

Auscultar as diversas 'forças vivas', confrontar intenções, aferir possibilidades, foi objecto de uma Mesa Redonda organizada no âmbito do Projecto com essa finalidade, na Fundação Calouste Gulbenkian, a 12 de Janeiro de 2000. O respectivo programa e a lista das entidades presentes inclui-se como anexo deste Relatório Final.

O *input* de conhecimentos sobre a situação no local, após a reacção da Comunidade Internacional em meados de Setembro de 1999, constituiu-se como um requisito de valor fundamental, já que era preciso pressentir tendências de desenvolvimento e de estruturação do Estado e da economia de Timor-Leste. A par do conjunto de documentação recolhida (ver "Bibliografia essencial"), referimo-nos, nomeadamente à instituição da UNTAET, como a estrutura de administração transitória de Timor-Leste até à independência .

Foi igualmente considerado tecnicamente útil e correcto realizar uma missão a Timor-Leste com o intuito de aferir localmente da pertinência e adequação das medidas de apoio em consideração e da sua viabilidade conjuntural.

3.6 A possibilidade de proceder a tratamentos estatísticos da informação recolhida, de caracterizar a população e de quantificar situações, foi a preocupação que precedeu a produção da Base de Dados. É sabido que análises de tipo quantitativo são sempre análises de 'mancha' e que essa 'mancha' não cobre a totalidade das situações observadas.

O suporte informático produzido tem também a valência de sistematizar informação sobre as possibilidades de integração profissional dos timorenses no desenvolvimento de Timor-Leste, constituindo como que uma 'bolsa de possibilidades' (a consultar antes de recorrer a outras fontes de recrutamento), sendo, até ao momento, a única base de dados sobre recursos humanos timorenses residentes em Portugal.

3.7 O facto de apenas se ter podido começar a trabalhar em Agosto, mês tradicional e maioritariamente consagrado a férias, teve influência na dificuldade verificada no recrutamento de entrevistadores e conduziu à necessidade de recorrer à imprensa para divulgar os postos e angariar candidatos.

3.8 A violência generalizada que eclodiu no território a seguir à divulgação dos resultados da consulta popular, criou, naturalmente, novos focos de atenção nos diversos elementos da Comunidade Timorense, criando, do ponto de vista operacional, dificuldades efectivas ao bom desenvolvimento do trabalho. Entre estas, destacam-se:

- a interrupção das actividades do Projecto durante quase todo o mês de Setembro;
- o condicionamento do pré-teste (em virtude de não ter sido obtida a desejável e necessária identificação de indivíduos timorenses que constituiriam a amostra);
- a inexistência de informação sobre a exacta dimensão e localização precisa da Comunidade Timorense em Portugal;
- a ausência ou insuficiência de divulgação verificada antes e no momento do arranque do lançamento do questionário;
- a dificuldade em preparar e planear a missão a Timor-Leste.

3.9 A inexistência de adequada e alargada divulgação do projecto junto de toda a Comunidade, fragilizou as condições objectivas da pesquisa, já que não se contou com esse precioso contributo para o esclarecimento dos objectivos e finalidades, e para estabilizar algumas zonas de confusão geradas pela fragmentação política que existe no seio da Comunidade.

Foi constatada, assim, a necessidade de recorrer aos órgãos de comunicação social para informar a Comunidade Timorense da existência do Projecto no terreno e, simultaneamente, apelar à sua participação na resposta ao inquérito.

A deficiente identificação prévia da Comunidade a inquirir, impossibilitou o planeamento e distribuição racional de trabalho pelos entrevistadores, com consequências óbvias no tempo destinado a esta tarefa.

Para contornar esta situação, os entrevistadores e os próprios timorenses, (visitados pelos entrevistadores do CCT), assumiram o papel de agentes privilegiados na identificação de outros elementos da Comunidade e na transmissão de informação sobre o próprio Projecto. Sublinhamos, a este nível, que foi preparado material com essa finalidade a ser distribuído pelos entrevistadores aos entrevistados.

3.10É sabido que qualquer operação de inquirição é pressentida com desconfiança pelos inquiridos, pelo aparente abuso de entrar dentro das suas casas e dessa forma estar a entrar dentro das suas vidas.

Torna-se, por isso mesmo, um trabalho ingrato e de difícil consumação, e nem as técnicas mais sofisticadas conseguem aliviar esta tensão que põe, tantas vezes, em risco a qualidade, a pertinência e a idoneidade dos resultados de investigação.

Trabalhar com a Comunidade Timorense no período em causa (Agosto a Dezembro de 99) revelou-se uma tarefa com um grau de dificuldade acrescida face a outras operações de trabalho de campo, tendo em consideração a permanente preocupação e tensão com que a Comunidade viveu a situação de Timor-Leste, ao longo de todo o período (desde o referendo até aos acontecimentos de Setembro e todo o evoluir da situação pós-violência).

Estudar as expectativas e auscultar os desejos de trajectórias junto da Comunidade Timorense foi um árduo trabalho, pois que certamente a ninguém sobrarão dúvidas quanto à natureza dos problemas e perplexidades que forjam o quotidiano desta Comunidade:

- que quase nunca pôde formular desejos percepcionados como viáveis;
- que viu morrer os entes queridos que sonharam e lutaram por uma sociedade mais justa que respeitasse os direitos, a história, a cultura e a memória de um povo;
- em que os seus percursos foram impostos e quase exclusivamente determinados pelo primado da sobrevivência.

Inquirir os timorenses sobre a formação mais adequada depois de vários anos de uma oferta pública e privada portuguesa que raramente terá privilegiado os interesses e possibilidades reais da Comunidade (revelando algumas limitações e incapacidade das estruturas com vocação formativa), constituiu um factor suplementar de desconfiança. Donde, inquirir sobre uma hipotética formação, se ter, paradoxalmente, revelado de difícil compreensão, reflectindo o contexto das expectativas insatisfeitas dos timorenses, que teriam porventura desejado uma intervenção ao longo do tempo mais forte e visível por parte das autoridades portuguesas.

A este propósito, e segundo afirma o relatório produzido no âmbito do "Estudo sobre a Situação Sócio-económica da Comunidade Timorense Residente em Portugal", *"a intervenção portuguesa ao nível do acompanhamento, informação, orientação profissional, bem como a integração de timorenses em acções de formação, a dotação de apoios à criação do próprio emprego e o encaminhamento* *directo para os postos de trabalho, foram, durante o período anterior, medidas de utilização quase nula".*

Tratar informação e conceitos relativos à Formação Profissional (percursos, áreas profissionais, competências, níveis de qualificação e até profissões), foi tarefa dificultada por um quadro regulamentar e por uma sistematização conceptual, que se encontra, do nosso ponto de vista, ainda com algum nível de desestruturação e carente de quadros de referência e de classificação terminológica.

O estabelecimento das prioridades quanto a Sectores de Actividade e Áreas Sociais de maior carência e relevância num contexto de médio prazo e a identificação e prospecção das profissões com maiores possibilidades de emprego são, nas circunstâncias presentes, tarefas que exigem um elevado grau de abstracção, uma vez que a economia timorense está genericamente desestruturada e o mercado de trabalho é, essencialmente, de carácter virtual.

Reiteramos que se torna necessário não ceder a raciocínios típicos de intervenções de emergência que podem produzir efeitos de distorção no planeamento do desenvolvimento sustentado.

A produção de estatísticas e a formatação de intenções, desejos e necessidades de indivíduos, a partir de questões abertas, (e as perguntas do questionário eram eminentemente abertas), exige um grande esforço de sistematização e a criação de categorias e de tipologias (que nem sempre justificam e representam a totalidade das situações reais observadas). Estes desígnios induziram a uma análise da informação e a um tratamento informático particularmente complexos.

Mas estas condicionantes da execução do trabalho também se constituíram verdadeiros desafios, pela necessidade de corresponder a anseios e necessidades reais, e cumprir com objectivos previamente traçados.

3.11Os condicionalismos verificados, acarretaram atrasos ao nível da realização física em cerca de 3 meses. Apresentamos de seguida o calendário de execução:

Tarefas	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev
Identificação da população a inquirir	x		x	x	x		
Estudo condicionalismos legais e legalização da BD	x	x	x				
Construção do questionário	x						
Divulgação do projecto junto da Comunidade	x		x	x	x		
Pré-teste	x						
Identificação do perfil e dos entrevistadores	x						
Recrutamento e selecção dos recursos humanos	x						
Enquadramento e formação dos recursos humanos	x		x				
Levantamento da informação			x	x	x		
Acompanhamento e supervisão do trabalho de campo			x	x	x		
Aquisição do equipamento informático/consultas	x						
Construção e gestão da Base de Dados	x		x	x	x	x	
Carregamento dos ficheiros			x	x	x	x	
Tratamento informático e análise dos dados			x	x	x	x	
Análise bibliográfica	x	x	x	x	x		
Missão a Timor-Leste					x	x	
Mesa Redonda						x	
Elaboração do Relatório Final						x	x

Tendo em consideração que o mês de Setembro foi um mês de paragem involuntária, o atraso real de dois meses deve-se, fundamentalmente, às perturbações causadas pelo facto de não estar previamente identificada a população alvo e de não ter sido feita a necessária divulgação do Projecto junto da Comunidade.

II – Resultados da pesquisa

1. Decorrentes do levantamento de informação

1.1 – Caracterização da Comunidade e recenseamento de expectativas

O conjunto de resultados a seguir apresentados correspondem a respostas de **1.104 indivíduos**, indivíduos estes que representam **76,4%** do total da população-alvo recenseada através da operação de inquirição lançada no âmbito deste Projecto. Importa salientar que **estes dados resultam da informação expressa pelos inquiridos e manifestam as intenções dos próprios no momento da aplicação do inquérito.**

1.1.1 Dimensão, distribuição demográfica, geográfica e por períodos de emigração

Sexos	N	%
Homens	566	**51**
Mulheres	538	**49**
Total	1.104	100
Grupos etários	**N**	**%**
16-24	319	**29**
25-34	316	**29**
35-44	129	**12**
45-54	152	**14**
55-64	114	**10**
+ 65	65	**6**
Sem Referência	9	-
Total	1.104	100

Distribuição pelas grandes regiões portuguesas	N	%
Lisboa e Vale do Tejo (*)	1.015	**92**
Norte	45	**4**
Centro	22	**2**
Alentejo (2), Algarve (9), Madeira (5), Açores (6)	22	**2**
Total	1.104	100

(*) - É na região de Lisboa e Vale do Tejo (Oeste, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Médio Tejo - Abrantes, Tomar, Torres Novas - e Lezíria do Tejo - Azambuja, Cartaxo, Coruche, Benavente - , etc.) que se concentra a grande maioria da população, correspondendo esta grande região portuguesa à grande mancha de concentração geográfica da Comunidade Timorense.

Períodos de Emigração para Portugal (*)	N	%
Até Dezembro 1974	92	**8**
Janeiro 1975 – Outubro 1991 (1)	501	**45**
Novembro 1991 – Abril 1999 (2)	283	**26**
Maio 1999 – Dezembro 1999 (3)	155	**14**
Nascidos em Portugal	73	**7**
Total	1.104	100

(*) - Os períodos considerados correspondem a marcos históricos no processo de migração, determinados pelos acontecimentos no território e determinantes na forma como se desencadeou a saída de Timor-Leste assim como nas trajectórias e formas de estar em Portugal substancialmente diferentes: (1) - é balizado pela guerra civil e ocupação indonésia, até ao massacre de Santa Cruz; (2) - entre o massacre de Santa Cruz e os Acordos de Nova Iorque e (3) - todo o período do referendo e pós-anúncio dos respectivos resultados.

1.1.2 Situação face ao trabalho, ocupações profissionais actuais, níveis de habilitação académica, profissional e linguística

Situação perante o trabalho	N	%
Estudantes	337	**31**
Activos	535	**48**
Domésticas	94	**9**
Reformados	76	**7**
Desempregados	62	**5**
Total	1.104	100

Ocupação profissional actual	N
Administração e Serviços	94
Serviços Gerais	40
Administração Pública	40
Forças Militares, Militarizadas e de Segurança	36
Educação	34
Saúde	33
Restauração, Hotelaria e Turismo	28
Maquinaria e Mecânica	28
Quadros Superiores	26
Construção Civil	23
Operários	32
Acção Social	10
Agricultura	15
Outros	96
Total	535

Administração e Serviços – técnicos de contabilidade, secretariado e comércio

Serviços Gerais – vigilantes, contínuos, limpeza, outros polivalentes que não requerem qualificação específica

Administração Pública – técnicos da Função Pública que não descriminam a profissão

Educação - professores

Saúde – médicos e enfermeiros

Quadros Superiores – profissões de outros sectores

Outros - Artes, Desporto, Química, Vestuário, Artesanato, Electricidade, Electrónica, Electromecânica, Design, Carpintaria, Transportes, Bombeiros, Cuidados Pessoais, Serviços Religiosos, Gestão Administrativa, Comunicação Social, Topografia/Cartografia

Distribuição por níveis de habilitação académica e grupos de idade

Nível de Ensino	N %	G. de Idade	N	%	
Ensino Superior *	178	16 - 24 anos	45	25%	
		25 – 34 anos	73	41%	
		35 – 44 anos	18	10%	
		45 - 54 anos	25	14%	
		55 – 64 anos	10	5,6%	
		≥ 65 anos	5	2,8%	
	16%	Sem Referência	2	1%	100%
Formação Profissional	397	16 – 24 anos	109	27%	
		25 - 34 anos	144	36%	
		35 – 44 anos	52	13%	
		45 - 54 anos	57	14%	
		55 – 64 anos	30	8%	
		≥65 anos	4	1 %	
	36%	Sem Referência	2	0,5%	100%
Ensino Secundário	91	16 - 24 anos	63	69%	
		25 - 34 anos	18	20%	
		35 – 44 anos	5	5%	
		45 - 54 anos	4	4%	
		55 – 64 anos	-	--	
		≥ 65 anos	-	-	
	8%	Sem Referência	1	1%	100%
Ensino Básico	357	16 - 24 anos	91	25%	
		25 - 34 anos	63	18%	
		35 – 44 anos	46	13%	
		45 - 54 anos	51	14%	
		55 – 64 anos	63	18%	
		≥ 65 anos	38	11%	
	32%	Sem Referência	5	1%	100%
Sem Informação	81 7%				
Total	1104 100%				

* Quadros já formados e estudantes que frequentam o Ensino Superior

Áreas profissionais do Ensino Superior	N	%
Ciências Sociais e Humanas	48	**28**
Saúde	35	**20**
Línguas	17	**10**
Ciências Empresariais	13	**8**
Ciências Jurídicas	13	**8**
Informática e Electrónica	9	**5**
Engenharias	9	**5**
Arquitectura e Design	7	**4**
Comunicação	5	**3**
Ciências da Terra	5	**3**
Ciências Agrárias	4	**2**
Turismo	3	**2**
Ambiente	2	**1**
Ciências Biológicas	1	**1**
Sem Referência (4%)	7	0
Total	178	100

Domínios de Formação Profissional (nem todos obtidos em Portugal)	N	%
Informática e Electrónica	144	**25**
Línguas	134	**23**
Construção Civil	70	**12**
Comunicação	65	**11**
Administração	62	**11**
Restauração, Hotelaria e Turismo	30	**5**
Serviços Sociais e Pessoais	27	**5**
Educação	23	**4**
Mecânica e Electrónica	21	**4**
Total (*)	576	100

(*) - A diferença entre o total de domínios formativos identificados (576) e o total de indivíduos que frequentaram cursos de formação profissional (397), tem a ver com o facto de haver pessoas que possuem habilitação em mais do que um domínio formativo, correspondendo a uma média de 1,4 cursos por pessoa.

Descrição das profissões envolvidas:

Construção Civil – carpinteiro, pedreiro, ladrilhador, desenhador técnico, águas e esgotos, equipamento pesado e de terraplanagem, marcenaria, pintura, redes de gaz, serralharia e soldadura e cartografia e topografia
Comunicação – secretariado, dactilografia, relações públicas, apresentação de televisão/pivot, atelier de imprensa, fotojornalismo e jornalismo e multimédia
Administração– gestão, contabilidade, marketing, finanças, auditoria, relações humanas
Restauração, Hotelaria e Turismo – hotelaria/pastelaria, ajudantes de cozinha, cozinheiros, culinária e gastronomia
Serviços Sociais e Pessoais – agentes de serviço e apoio social, ajudante e auxiliares familiares, artes domésticas, assistência a idosos, puericultura, competências sócio-psico-profissionais, formação sócio educativa e formação sócio-técnica básica, bombeiros, socorristas e técnicos de limpeza, direitos humanos e educação social, cidadania intercultural, animador cultural, e esteticista, corte, costura, malhas, bordados e tapeçaria
Educação – professores de posto, monitores escolares, monitores de colónia de férias, educadores de infância, alfabetização e formadores (existem alguns timorenses com habilitação pedagógica/cursos de formação de formadores)

Línguas mais faladas no seio da Comunidade	**N**	**%**
Português	966	**88**
Tétum	804	**73**
Bahasa Indonésia	496	**45**
Inglês	372	**34**

A maior parte dos elementos da Comunidade afirma que fala ou entende mais do que uma língua. A diferença entre totais (indivíduos que falam, escrevem e lêem as 4 línguas de maior utilização no seio da Comunidade e indivíduos inquiridos) tem a ver com o facto de haver pessoas que referiram dominar mais do que uma língua, correspondendo a uma média de 2,5 línguas por pessoa.

Foram listadas cerca de 30 línguas diferentes. Para além de línguas locais - Tétum, Macassai, Fataluco, Mambai, Galóli, Tocodede, Búnac, Nauéti, Idaté, Cairui, Baiqueno, Uaimoa, há ainda quem fale:

Outras Línguas	N
Chinês	22
Francês	93
Castelhano	34
Alemão	12
Italiano	10
Norueguês	1
Japonês	1

1.1.3 Intenção de regresso a Timor-Leste

Grupos de Idade	**Com Intenção de Voltar**	**Sem intenção de voltar**
16 - 24 anos	**265**	54
25 - 34 anos	**278**	38
35 – 44 anos	**115**	14
45 - 54 anos	**129**	23
55 – 64 anos	**97**	17
≥ 65 anos	**41**	24
Sem Referência	**5**	4
Totais	930 = **84%**	174 = 16%

Períodos de emigração dos que afirmam querer regressar	N	%
Até Dez. 1974	63	**7**
Jan. 1975 – Out. 1991	405	**43**
Nov. 1991 – Abr. 1999	269	**29**
Maio 1999 – Dez. 1999	145	**16**
Nascidos em Portugal	48	**5**
Total	930	100

Distribuição da população que tenciona regressar, por habilitações e grupos de idade

Nível de Ensino	N	%	Grupos de Idade	N	%	
Ensino Superior	154	17%	16 - 24 anos	38	25%	100%
			25 – 34 anos	63	41%	
			35 – 44 anos	15	10%	
			45 - 54 anos	24	15%	
			55 – 64 anos	9	6%	
			≥ 65 anos	4	2%	
			Sem Referência	1	1%	
Formação Profissional	364	39%	16 – 24 anos	98	27%	100%
			25 - 34 anos	134	37%	
			35 – 44 anos	51	14%	
			45 - 54 anos	52	14%	
			55 – 64 anos	26	7%	
			≥65 anos	3	1%	
			Sem Referência	-	-	
Ensino Secundário	74	8%	16 - 24 anos	49	67%	100%
			25 - 34 anos	18	24%	
			35 – 44 anos	3	4%	
			45 - 54 anos	3	4%	
			55 – 64 anos	-	-	
			≥ 65 anos	-	-	
			Sem Referência	1	1%	
Ensino Básico	291	31%	16 - 24 anos	76	26%	100%
			25 - 34 anos	52	18%	
			35 – 44 anos	40	14%	
			45 - 54 anos	42	14%	
			55 – 64 anos	55	19%	
			≥ 65 anos	23	8%	
			Sem Referência	3	1%	
Sem informação	47	5%				
Total	930	100%				

Tempo que falta para obtenção da licenciatura	N	%
Finalistas (4º e 5º anos)	11	**6**
No início da sua formação (1º, 2º e 3º anos)	68	**43**
Formação concluída	73	**51**
Sem informação	2	**0**
Total	154	100

1ª razão apontada para o regresso	N	%
Voltar à terra natal e rever familiares	696	**75**
Participar na reconstrução	213	**23**
Sem razão específica	21	**2**
Total	930	100

Motivos apontados para a forma de regresso	Definitivo N	Temporário N
Idade	5	8
Profissionais	69	135
Familiares	106	136
Reconstrução da casa	10	4
Saúde e cuidados médicos	1	5
Segurança e estabilidade	13	55
Sócio-culturais	253	49
Sem informação (*)	41	32
Total	498	424
Não sabem se definitiva ou temporariamente	8	
Total	930	

(*) - A natureza das respostas é ambígua, não permitindo a definição do tipo de motivo.

Tempo previsto para o regresso	N	%
Até 1 ano	180	**19**
De 1 a 2 anos	185	**20**
De 2 a 5 anos	194	**21**
+ de 5 anos	50	**5**
Não sabe	321	**35**
Total	930	100

Local de destino em Timor-Leste	N	%
Díli	674	**72**
Baucau	25	**3**
Ermera	23	**2**
Cova Lima	22	**2**
Lautém	20	**2**
Aileu	19	**2**
Viqueque	15	**2**
Liquiça	14	**2**
Manatuto	13	**1**
Restante território	34	**4**
Não respondem	71	**8**
Total	930	100

Razões para escolha do local	N	%
Proximidade de familiares	410	**44**
Local de residência antes da partida	342	**37**
Zona propícia à actividade profissional	75	**8**
Não sabe	103	**11**
Total	930	100

1.1.4 Ocupações profissionais desejadas

Sectores profissionais pretendidos	N	%
Administração Pública	315	**34**
Sector privado	315	**34**
Administração Pública e Sector privado	162	**17**
Não especificado	138	**15**
Total	930	100

Ocupação profissional pretendida (*)	N	
Quadros superiores especializados	79	
Agricultura e Pecuária	68	
Quadros Intermédios	60	
Serviços de Apoio à Comunidade	59	
Operários da Construção Civil e Sector Primário (Minas)	47	
Manequins, Vendedores e Demonstradores	41	
Ensino/Educação	30	
Técnicos Especializados de Saúde	26	
Administração e Serviços	23	
Quadros Dirigentes	22	
Artesãos e Artífices	19	
Administração e Serviços, incluindo o Comércio	10	
Quadros Intermédios de Saúde	8	
Total de profissões identificadas	**492**	**53%**
Sem Informação	438	
Total	930	

(*) - "Classificação Nacional das Profissões", IEFP, 1997 - os sublinhados em "Agricultura" e "Vendedores", correspondem às profissões com expressão em cada uma das categorias.

1.1.5 Apoios identificados para o regresso

Necessitam de apoio	Não necessitam de apoio
412	518
930	

Necessidades de Apoio Institucional	N	%
Viagem para Timor-Leste	240	**58**
Viagem para Timor-Leste e reconstrução da habitação	51	**12**
Apoio financeiro para iniciar uma actividade	55	**13**
Reconstrução da habitação	38	**9**
Outros (bolsa, estatuto de cooperante, experiência profissional, dupla nacionalidade, reforma)	28	**7**
Total	412	**100**

Necessitam de Formação	Não Necessitam de Formação
697	233
930	

Natureza da formação desejada	N
Inicial	251
Aperfeiçoamento	415
Não sabe	31
Total	697

75% dos timorenses (697 indivíduos) que pretendem regressar afirmaram necessitar de formação para melhoria do desempenho profissional.

No que respeita à natureza dos conteúdos formativos, as necessidades levantadas distribuem-se da seguinte forma: 46% dos pedidos apontam para conteúdos linguísticos e 54% para conteúdos técnicos.

De ressalvar que a escolha era feita por cada indivíduo sob a forma de pergunta aberta, podendo um mesmo indivíduo escolher simultaneamente formação linguística e formação técnica e, ainda, identificar mais do que um conteúdo linguístico e mais do que um conteúdo técnico. Assim, foram registados 494 pedidos de formação linguística e 584 pedidos de formação técnica, para 697 pessoas a necessitarem de formação.

Ao nível dos pedidos de formação linguística, o quadro seguinte representa o conjunto de pedidos por idioma, cuja leitura comprova a situação atrás referida de mais de uma língua por indivíduo inquirido.

Necessidades de formação linguística	**N (*)**	**%**
Português	234	**31**
Inglês	304	**40**
Tétum	88	**12**
Bahasa Indonesia	53	**7**
Outras Línguas	78	**10**
Total	757	100

(*) Pedidos

Necessidades de formação noutras Línguas	**N (*)**
Francês	50
Castelhano	11
Alemão	9
Italiano	5
Japonês	1
Línguas locais	2
Total	78

(*) Pedidos

O conjunto dos pedidos de formação técnica permitiram identificar os seguintes conteúdos formativos a seguir listados por ordem de importância: 96% dos conteúdos formativos identificados pelos inquiridos (num total de 714):

Conteúdos de formação técnica desejada	N
Informática e Novas Tecnologias	157
Gestão e Administração	59
Administração e Serviços	53
Agricultura	51
Restauração (cozinha), Hotelaria e Turismo	48
Mecânica e Maquinaria	39
Padaria/Pastelaria	39
Educação	33
Electricidade, Electromecânica e Electrónica	30
Saúde	25
Acção Social	21
Construção Civil	21
Vestuário	15
Economia e Finanças	14
Ordenamento do Território e Urbanismo	13
Psicologia	10
Artes	10
Direito	10
Administração Pública	10
Forças de Segurança	9
Comunicação Social	8
Cuidados Pessoais	8
Saneamento Básico	4
Carpintaria	4
Telecomunicações	4
Serralharia e Metalomecânica	3
Marketing	3
Transportes	3
Química	2
Qualidade	2
Investigação	2
Petróleo	1
Design	1
Documentação e Informação	1
Matemática	1
Total	714

Gestão e Administração - incluindo a gestão de pequenos negócios

Administração e Serviços - comércio e contabilidade

Agricultura - organização e gestão agrícola, agro-pecuária e extensão rural

Saúde - enfermeiros, primeiros socorros, saúde pública

Ordenamento do Território e Urbanismo - cartografia, topografia, arquitectura, ordenamento, engenharias, sistemas de informação geográfica, ambiente

Caracterização dos indivíduos que manifestaram necessidades de formação técnica

Nível de Ensino	N	%	Grupos de Idade	N	%	Natureza da fomação		
						Inicial	Aperfº	S/R
Ensino Superior	**89**	15	16 - 24 anos	**30**	34	1	25	-
			25 – 34 anos	**38**	43	11	26	1
			35 – 44 anos	**8**	9	1	7	-
			45 - 54 anos	**9**	10	3	6	-
			55 – 64 anos	**3**	3	-0	3	-
			≥ 65 anos	-	-	-	-	-
			Sem Referência	**1**	1	34	43	1
Form. Profissional	**280**	48	16 – 24 anos	**78**	28	38	76	-
			25 - 34 anos	**113**	40	13	24	-
			35 – 44 anos	**37**	13	10	26	3
			45 - 54 anos	**39**	14	4	8	-
			55 – 64 anos	**12**	4	-	-	-
			≥65 anos	**1**	-	-	-	-
			Sem Referência	-	-	-	-	-
Ensino Secundário	**51**	9	16 - 24 anos	**29**	57	18	11	-
			25 - 34 anos	**16**	31	4	12	-
			35 – 44 anos	**2**	4	1	1	-
			45 - 54 anos	**3**	6	-	3	-
			55 – 64 anos	-	-	-	-	-
			≥ 65 anos	-	-	-		-
			Sem Referência	**1**	2	-	1	
Ensino Básico	**148**	25	16 - 24 anos	**47**	32	27	19	
			25 - 34 anos	**32**	22	22	10	1
			35 – 44 anos	**28**	19	7	17	
			45 - 54 anos	**23**	16	8	15	
			55 – 64 anos	**12**	8	4	8	
			≥ 65 anos	**5**	3	2	3	
			Sem Referência	**1**	-	-	1	
Sem Informação	**30**	**5**						
Total	584	100						

Caracterização dos indivíduos que manifestaram necessidades de formação em Línguas

Nível de Ensino	N	%	Grupos de Idade	N	%	Necessidades de Formação em Línguas	
						Português	Inglês
Ensino Superior	**101**	20	16 - 24 anos	**26**	26	12	10
			25 – 34 anos	**52**	51	21	25
			35 – 44 anos	**10**	10	1	4
			45 - 54 anos	**11**	11	2	5
			55 – 64 anos	**2**	2	-	1
			≥ 65 anos	-	-	-	-
			Sem Referência	-	-	-	-
Form. Profissional	**206**	42	16 – 24 anos	**61**	30	32	45
			25 - 34 anos	**86**	42	49	61
			35 – 44 anos	**24**	11	13	15
			45 - 54 anos	**30**	15	12	20
			55 – 64 anos	**5**	2	2	4
			≥65 anos	-	-	-	-
			Sem Referência	-	-	-	-
Ensino Secundário	**49**	10	16 - 24 anos	**31**	63	6	19
			25 - 34 anos	**14**	29	10	9
			35 – 44 anos	**2**	4	1	1
			45 - 54 anos	**1**	2	-	1
			55 – 64 anos	-	--	-	-
			≥ 65 anos	-	-	-	-
			Sem Referência	**1**	2	-	1
Ensino Básico	**123**	25	16 - 24 anos	**46**	37	21	30
			25 - 34 anos	**21**	17	14	16
			35 – 44 anos	**21**	17	13	10
			45 - 54 anos	**18**	15	10	12
			55 – 64 anos	**12**	10	6	10
			≥ 65 anos	**3**	2	1	6
			Sem Referência	**2**	2	1	1
Sem Informação	**22**	4					
Total	494	100					

2. Decorrentes da análise

2.1 – Articulação de vontades expressas com necessidades prospectivas e grandes tendências para a elaboração dos Planos de Acção de apoio à Comunidade

A)

Os elementos de natureza quantitativa que acabamos de apresentar ilustram, de uma forma particularmente clara, a hipótese central deste estudo: **a Comunidade Timorense residente em Portugal tenciona regressar a Timor-Leste e participar no processo de reconstrução em curso, para o que é indispensável promover um Programa Integrado de Apoio ao Regresso.**

A formulação inequívoca desse propósito e dessa necessidade, interpela fortemente as vontades e capacidades institucionais para, no curto prazo, disponibilizar os recursos que viabilizem a acção. A iniciativa de identificação e avaliação que agora se conclui acrescentou novas expectativas e responsabilidades, pelo que seria desastroso frustar as apostas prefiguradas.

Agir parece, pois, ser imperativo. Agir obedecendo a requisitos que garantam uma qualificação bem sucedida das pessoas sujeitas a processos formativos é duplamente inquestionável:

- porque as exigências que decorrem da construção de um novo Estado carecem de respostas inovadoras, à altura dos desafios que se jogam em Timor-Leste;
- porque a oportunidade está aí para que um *doador*, um *parceiro de desenvolvimento*, enverede por fórmulas de cooperação assentes na capacitação dos quadros e outros profissionais de uma nação, que tem de ter uma oportunidade para se construir como entidade independente viável.

Nesta perspectiva, a acção impulsionada e financiada pelo Estado português pode ser modelar quando, porventura, comparada com outras abordagens que privilegiem (como, infelizmente, é caso corrente) a criação de relações que dificilmente podem ilustrar um esquema dito de *cooperação para o desenvolvimento*. Relações certamente mais norteadas pelas vantagens, directas ou indirectas, que o financiador poderá a prazo retirar das suas intervenções, ao invés de uma clara assunção de benefícios mútuos e mutuamente assumidos (se necessário, contratualizados) à partida.

Esta chamada de atenção será, talvez, tomada como excessiva ou redundante, por se tratar de Portugal e de Timor-Leste. Mas, justamente, neste caso concreto, porque a mobilização de vontades, recursos, poderes e afectos é quantitativamente muito superior à de outros quadros de cooperação, torna-se indispensável que a qualidade da intervenção lhe seja proporcional.

Portugal irá contribuir para a formação dos futuros quadros de Timor-Leste, mas terá que fazê-lo de uma forma estratégica.

B)

A concretização destes pressupostos poderá ser orientada em torno das escolhas, temas e preocupações que, seguidamente, se enunciam.

- Transição e Desenvolvimento
  - As ofertas formativas terão que se caracterizar pela sua natureza estruturante e duradoura, acompanhando as exigências próprias de um processo de transição da ajuda de emergência, para a reconstrução e para o desenvolvimento sustentável.
  - O processo de qualificação configura uma garantia da participação contínua dos timorenses no processo de planeamento da reconstrução e na viabilização do seu país.

- As iniciativas formativas prioritárias

  - Estabelecer prioridades no meio de necessidades tão vastas é uma tarefa particularmente arriscada (tudo parece ser prioritário, o que provoca tantas vezes equívocos e falhanços clamorosos).
  - Estão em causa iniciativas que visem o reforço do Estado de Direito e da sociedade civil, a reorganização da acção administrativa e o desenvolvimento de contextos sócio-económicos favoráveis à recomposição do tecido social.

- Articular as aspirações dos indivíduos com os objectivos de desenvolvimento de longo prazo
  - Os percursos individuais, expressos sob a forma de projecto e desejo pessoais, só podem ser tratados no âmbito de uma visão prospectiva da sociedade timorense.
  - Não se pode adoptar uma metodologia de trabalho de tipo convencional – as formações disponíveis podem não ser úteis ou pertinentes; as qualificações profissionais a desenvolver são as indispensáveis à reconstrução e ao desenvolvimento (e não outras quaisquer, mais ou menos equiparáveis – imperativo de adequação).
  - É necessário proceder, paralelamente à formação, à avaliação do enquadramento sócio-profissional das qualificações / empregabilidade.

- As qualificações de base e as aspirações individuais
  - Uma vez caracterizada a população-alvo (ver ponto 1.1), é necessário fazer evoluir as qualificações existentes para as qualificações necessárias.
  - É, igualmente, indispensável programar esquemas de qualificação de base, bem como de requalificação dos recursos existentes.
  - As modalidades de formação adoptadas carecem ser testadas à luz do seu carácter inovador e flexível e da sua capacidade de adaptação.

- Intenções / vontade política e financiamento
  - Este processo de formação (a ser prosseguido) é também uma oportunidade de ouro para estreitar as relações culturais e afectivas entre Timor-Leste e Portugal

e para prestar apoios específicos à população timorense na promoção do seu bem estar e desenvolvimento (facto reconhecido no Relatório sobre o apoio do Estado Português a Timor Leste no período de transição, aprovado pelo Conselho de Ministros em Maio 99).

- Ele poderá, por outro lado, contribuir decisivamente para corresponder a expectativas criadas, de modo a restabelecer a confiança e a reforçar o crédito da actividade da cooperação portuguesa.
- Do ponto de vista interno à sociedade portuguesa, servirá ainda como testemunho do cumprimento de uma vontade que foi politicamente anunciada e nacionalmente partilhada.
- Se bem que uma parte da mobilização nacional, a que assistimos com os acontecimentos em Timor-Leste de 1999, tenha perdido o seu dinamismo, ainda é possível aproveitar todo o capital de entusiasmo interno e, de alguma forma, surpreender os observadores internacionais a propósito do papel da antiga potência colonial.

C)

Do ponto de vista da formação, deve considerar-se que o conjunto de situações de fragilidade sócio-económica que marca a situação actual em Timor-Leste é, por si próprio, um factor de projecção da actividade económica, porquanto as soluções formativas apontadas visam o estabelecimento de melhores níveis de emprego e produtividade.

A formação é, tradicionalmente, um instrumento de uma política activa do mercado de trabalho: serve para adaptar as qualificações profissionais às necessidades de mercado. A especificidade social, económica, política e administrativa que caracteriza Timor-Leste, inviabiliza a equação do problema da identificação de necessidades nestes moldes, já que, como referimos anteriormente, trata-se fundamentalmente de:

- projectar actividades / prever cenários de desenvolvimento,
- estruturar um mercado em função desses cenários e

- reanimar a economia em conformidade com o paradigma escolhido.

O relançamento da economia e o estabelecimento de um nível de emprego socialmente aceitável, encontram na formação profissional um factor dinamizador determinante.

Convém, todavia, ter em consideração a natureza, o alcance e os limites desse papel: só dentro de certos quadros bem delimitados e em combinação com medidas a tomar noutros planos (política agrária, industrial, comercial, estruturação do sector público e respectivas leis orgânicas, etc.) é que a formação pode contribuir para a solução dos problemas imediatos.

A inserção da população activa e respectivas necessidades de adaptação de competências, bem como da população não activa (ou activa em sectores menos estruturados), constitui a linha de força da equação da formação a projectar.

Três linhas fundamentais para a abordagem da formação dos timorenses que vão regressar a Timor-Leste:

1. Reinserção destes segmentos de população e inserção profissional através da ocupação activa;
2. Aumento da competitividade, nomeadamente para facilitar a assimilação e divulgação de novos processos de trabalho e tecnologias, inerentes ao relançamento da economia;
3. Priorização de acções de formação, nas suas diversas formas, contemplando a realização de acções de formação transversal, que traduzam a preocupação de intervenção de carácter social alargado.

No decurso da análise foi possível registar o seguinte:

- enormes carências de educação para a cidadania, a democracia e os diferentes aspectos fundamentais da vida social;
- grandes necessidades de formação técnica em domínios clássicos específicos;

- grandes necessidades de formação com vista a colmatar novas exigências, tanto nos domínios administrativos e de gestão, como nos domínios directamente produtivos;
- grandes necessidades de formação que associe os domínios das técnicas e processos de trabalho aos domínios da gestão (mormente nos quadros médios e superiores);
- necessidades de formação em concepção, gestão e avaliação de projectos;
- necessidades de formação linguística.

Para efeitos de procura das soluções formativas mais adequadas, deverão constituir referências fundamentais das políticas formativas e consequentes planos de acção os seguintes tópicos:

- modernização e actualização da função pública;
- capacitação da mão de obra do (e para o) tecido empresarial, que reclama recursos humanos qualificados;
- assistência aos grupos sociais específicos (entrosamento dos jovens e das mulheres reformadas e domésticas com o mundo do trabalho).

Para além destes vectores, apontam-se ainda três ideias que deverão estar presentes:

1. inversão da tendência para a 'eternização da escolarização' dos indivíduos, substituindo-a, a par e passo, pela ideia de 'transição do sistema educativo para o trabalho' (de referir que vários dos inquiridos em fase de conclusão do ensino superior manifestaram interesse em continuar a ser estudantes, através da frequência de mais um curso);
2. coordenação e complementaridade entre as acções das diferentes administrações e organismos, com responsabilidades em matéria de formação e no domínio do mercado de trabalho;
3. fomento da mobilização de agentes diversos com preocupações no domínio da Gestão de Recursos Humanos e particularmente na formação.

A aplicação destas vertentes deverá ser seguida nos diferentes sectores e subsectores da actividade económica, dado que em todos eles, e sem excepção, se manifesta o mesmo tipo de problemas. Do mesmo modo, deverão ser aplicados para as diferentes áreas profissionais. Será através deles que se poderão estabelecer as diversas linhas de actuação que dão enquadramento aos planos formativos.

Relatório Final – Segunda Parte

Planos de Acção

ÍNDICE

Introdução

I - Programa Integrado de Apoio ao Regresso

1. Contexto
2. Objectivos
3. Principais actividades
3. Arquitectura institucional

II - Plano de Formação

1. Programa de Formação
    1.1 Orientações e factores estratégicos
    1.2 Características, objectivos, métodos e conteúdos
    1.2.1 características e objectivos da formação a implementar
    1.2.2 enquadramento dos perfis profissionais
    1.2.3 destinos de inserção
    1.2.4 fileiras, perfis profissionais e respectivas opções de inserção
    1.2.5 composição e arquitectura
    1.2.6 estratégias e formas de organização da formação
    1.2.7 métodos
    1.2.8 conteúdos formativos
    1.3 Organização e condições de funcionamento
2. Programa de Estágios Profissionais

III - Plano legislativo

1. Contexto
2. Questões de fundo
3. Apoio integrado ao regresso
4. Preparação de mudanças nos regimes de apoio

IV – Bibliografia essencial

V - Anexos

Introdução

O presente documento constitui a segunda parte do **Relatório Final** do estudo das condições necessárias à elaboração dos Planos de Acção previstos no âmbito do projecto denominado *"Programa para o Reforço das Competências da Comunidade Timorense Residente em Portugal e de Apoio ao Desenvolvimento de Contextos Sócio-Profissionais Favoráveis à Participação, Retorno e Reinstalação"*.

É o resultado do trabalho desenvolvido, no último trimestre de 1999, junto da Comunidade Timorense residente em Portugal, a partir de posicionamentos teóricos, técnicos e metodológicos já apresentados na primeira parte do Relatório, dedicado à *"Caracterização e Diagnóstico de Necessidades"*.

São agora apresentadas as **Propostas de Apoio à Comunidade Timorense residente em Portugal** que, em nosso entender e se levadas à pratica, poderão contribuir para a participação qualificada dos timorenses no desenvolvimento sustentado de Timor-Leste.

As propostas a apresentar são de três níveis:

- **Criação** de um *Programa Integrado de Apoio ao Regresso*;
- **Formação a realizar**, adequada àqueles que vão regressar e à realidade económica e política do futuro Estado;
- **Medidas legislativas** de viabilização do regresso e de participações pontuais e específicas no processo de reconstrução de Timor-Leste.

I. Programa Integrado de Apoio ao Regresso

1. Contexto

As condições em que se encontra Timor-Leste, o facto de uma clara maioria dos timorenses residentes em Portugal ter declarado, no quadro do inquérito, que desejava voltar à sua terra; o investimento já realizado por Portugal, nos últimos anos, em termos de formação, dirigida sobretudo para os grupos mais jovens; e as intenções expressas pelos responsáveis políticos portugueses, partilhadas por toda a sociedade, no sentido do compromisso de uma estreita cooperação em ordem à reconstrução do país, exigem uma resposta adequada ao nível do apoio ao regresso.

Muitos timorenses querem completar, aprofundar ou reorientar a sua formação, agora que a possibilidade real de retorno se coloca efectivamente. Eles sabem que a sua participação no desenvolvimento do território depende também disso, assim como estão conscientes de que não podem desperdiçar uma oportunidade a que outros compatriotas não tiveram acesso.

Por outro lado, a maior parte não tem possibilidade de pagar uma viagem de regresso e muitos afirmam necessitar de apoio para reconstruir a casa, devastada pela violência pós-anúncio dos resultados da consulta popular, ou para iniciar uma actividade própria, dado que o trabalho é outra preocupação, devido à total precarização da vida económica e social do território.

É pois fundamental que o Estado português decida o quanto e como quer investir nesta situação de preparação para o retorno, em diálogo com o CNRT e com as organizações representativas dos timorenses em Portugal. Há também algumas ONG e instituições internacionais vocacionadas para a intervenção nesta área ou que criaram programas específicos para enfrentar as questões acima mencionadas. O pior que poderia acontecer seria um total dispersar de esforços, alicerçado num mútuo desconhecimento das iniciativas de cada entidade e numa pseudo-concorrência imaginária. Se, pelo contrário, cada ocasião proporcionar uma oportunidade para se aperfeiçoarem visões estratégicas partilhadas e métodos de trabalho inovadores, estaremos a contribuir para transformar a catástrofe de Timor-Leste em acções concretas de reconstrução de vidas de muitas pessoas e comunidades.

Neste sentido, propõe-se a criação de um Plano Integrado de Apoio ao Regresso, com os objectivos a seguir discriminados, no qual possam participar, de uma forma ou de outra (a designar) todas as entidades, públicas e privadas, com capacidade de actuação neste domínio.

Um Plano Integrado permitirá também incentivar movimentos adequados à situação, quer corrigindo percepções e intenções, quer motivando aquelas que se consideram corresponder aos imperativos do momento. Apresentamos em seguida três casos significativos.

Constitui um dado preocupante o facto de 72% dos inquiridos afirmar que quer regressar a Díli, pretendendo os restantes distribuir-se por outros pontos do território. Sem forçar ninguém, como é óbvio, sabe-se que a prestação de uma informação mais cuidada e completa, nomeadamente quanto a oportunidades de trabalho e de vida em segurança em várias regiões, poderá eventualmente favorecer tomadas de decisão diferentes da inicial.

Ao contrário, o facto de o conjunto das pessoas que quer regressar planear fazê-lo em tempos diferentes (no intervalo entre 1 e 5 anos), parece bastante adequado à falta de capacidade para acolher simultaneamente em Timor-Leste, todos os que se deslocaram para fora do território ao longo dos anos de ocupação, dadas as terríveis condições em que o país ficou.

Finalmente, quer a observação no terreno, aquando da missão realizada, quer informações recolhidas posteriormente, chamam a atenção para as dificuldades específicas que enfrentam os que regressam à sua terra a partir do exterior, nos contactos com aqueles que não tiveram a oportunidade de sair e que sofreram as maiores violências, assim como privações de toda a espécie, durante décadas. Para minorar as possibilidades de conflito, recomenda-se que as acções se concentrem no país de acolhimento (Portugal, no caso), privilegiando-se no retorno a capacidade de apoio para o acesso a todos os programas e projectos existentes à data, em condições de igualdade com os residentes no território. Quer os objectivos, quer as actividades mencionadas no âmbito do Plano Integrado de Apoio ao Regresso estão de acordo com esta opção.

Tendo em conta a evolução muito rápida da situação em Timor-Leste e as dificuldades de comunicação no interior do território e deste com o exterior, parece muito importante para a Comunidade residente em Portugal acompanhar as mudanças que se vão operando no país. Sugere-se neste contexto ao Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) que prepare e promova regularmente sessões de informação, abertas a todos os timorenses, convidando também, eventualmente, pessoas ou organizações particularmente habilitadas a partilhar os dados que detêm (por exemplo, os quadros timorenses de passagem por Portugal, a representação das Nações Unidas em Lisboa, a OIM, membros do Governo português, responsáveis técnicos por programas ou projectos de cooperação em Timor-Leste, ONG, etc.).

2. Objectivos

Propõem-se como objectivos para a criação e desenvolvimento do Plano Integrado de Apoio ao Regresso, que vigorará pelo tempo correspondente ao processo de transição, os seguintes:

- proporcionar à Comunidade Timorense residente em Portugal uma elevada qualidade de informação relativa a todos os aspectos do regresso a Timor-Leste, centralizada em duas instituições (uma em Lisboa e outra em Díli) designadas para o efeito e reconhecidas por todas as partes;
- criar a oportunidade a todos os timorenses residentes em Portugal de reforçar a sua formação cívica e técnica antes de partir para o seu país;
- oferecer à Comunidade Timorense instrumentos jurídicos facilitadores da sua participação qualificada no processo de reconstrução do território;
- criar condições para a inserção social dos timorenses na sua terra, a partir de uma capacidade instalada de apoio no regresso, baseada no acesso à informação e ao estabelecimento de contratos pertinentes para a concretização dos projectos de vida de cada pessoa, de cada família e das comunidades em que se inserem.

3. Principais Actividades

O Programa Integrado de Apoio ao Regresso considerará quatro vertentes, cuja eficácia dependerá em boa parte da capacidade de visão global associada e da real articulação entre si:

a) abertura e manutenção de um Centro de Informação e Apoio ao Regresso em Lisboa, tendo como objectivos o acesso ao conhecimento de todas as medidas úteis ao retorno, independentemente da sua sede e a facilitação de contactos com o território de destino (através do Centro de Acolhimento e Informação em Díli), assim como com as novas realidades de Timor-Leste;

b) elaboração de um Plano de Formação especificamente destinado à população timorense, nos moldes que a seguir se explicitam, e no qual estão previstos dois tipos de realizações: cursos em áreas prioritárias e com objectivos próprios e adequados a situações previamente identificadas e estágios profissionais;

c) preparação e promulgação de legislação pertinente ao apoio ao regresso, contemplando as várias necessidades reconhecidas;

d) criação de um Centro de Acolhimento e Informação em Díli, destinado a prestar toda a informação, a estabelecer todos os contactos indispensáveis ao reconhecimento do terreno por parte dos timorenses regressados de Portugal e a apoiar a formulação de projectos de inserção pessoal e/ou familiar.

4. Arquitectura institucional

É fundamental que o plano Integrado de Apoio ao Regresso esteja expressamente mencionado no Plano Indicativo de Cooperação com Timor-Leste como uma das acções a desenvolver durante o ano 2000, prolongando-se até ao final da fase de transição.

A sua coordenação deverá estar sediada numa única organização (preferencialmente o Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste), que poderia acumular com a função de Centro de Informação em Lisboa. Uma parte importante da sua responsabilidade será a articulação com outras organizações ou programas que concorrem para o mesmo fim (por exemplo, a Organização Internacional das Migrações, algumas ONG, etc.). Para cumprir estes objectivos, a entidade terá de ter recursos humanos adequados – do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo, ou seja, com perfil próprio para o desenvolvimento das actividades previstas, que implicam capacidade de diálogo e concertação inter-institucional, por uma lado, por outro, comunicação permanente com a Comunidade Timorense.

Relativamente ao Plano de Formação, independentemente das considerações expostas ao capítulo seguinte, recomenda-se que a coordenação específica do plano de estágios seja atribuída a uma entidade vocacionada para o efeito e que seja criado um Forum de diálogo, concertação e aprendizagem partilhada com todas as instituições participantes na realização dos cursos de formação profissional, coordenado por uma entidade reconhecida (por exemplo, o INOFOR).

No que diz respeito à revisão e produção legislativa, chama-se a atenção para a importância de ter em conta diplomas já existentes, assim como práticas de intervenção associadas, que precisam de ser avaliadas e repensadas face aos novos contextos. A coordenação desta vertente do Programa deveria residir na instituição que assumisse a coordenação geral, implicando contactos regulares com o CNRT e, entre outras entidades, vários ministérios e ONG envolvidas no apoio à Comunidade Timorense.

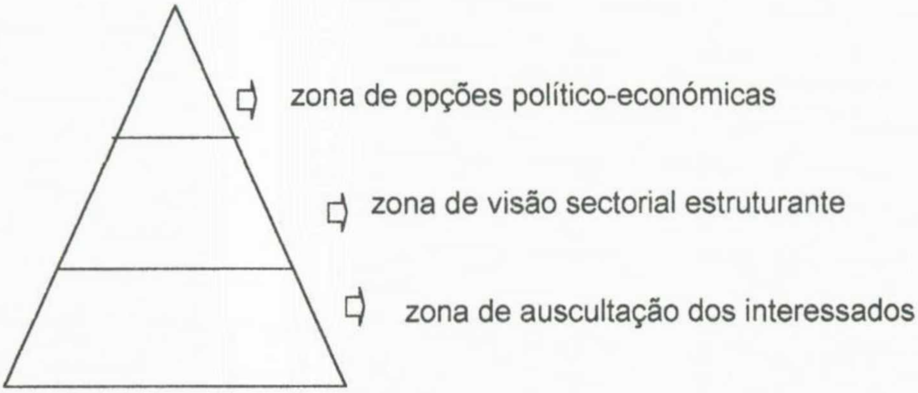
Finalmente, o Centro de Acolhimento e Informação em Díli, cuja gestão poderia estar a cargo de uma entidade pública ou privada, de acordo com os termos de referência respectivos (a desenhar), terá de manter um contacto permanente e rigoroso com o Centro de Informação e Apoio ao Regresso em Lisboa, em ordem a conseguir cumprir com os seus objectivos. Terá igualmente de criar e manter laços de troca de informação actualizada e pertinente e de apoio mútuo com organizações nacionais e internacionais a operar em Timor–Leste, assim como, do ponto de vista do acompanhamento das opções políticas fundamentais, com o CNRT e a UNTAET.

II - Plano de Formação

1. Programa de Formação

1.1 Orientações e factores estratégicos

1.1.1 **O quadro geral de referência** em que nos movimentámos para desenhar a presente proposta formativa foi sobejamente tratado na primeira parte do relatório. Se a definição macro de uma estratégia de qualificação de recursos humanos, que contribua efectivamente para o desenvolvimento sustentado, deveria atender aos três níveis (que se ilustram esquematicamente), no caso vertente concentrar-nos-emos na informação que foi possível recolher nos dois níveis de base da pirâmide que se segue:


zona de opções político-económicas
zona de visão sectorial estruturante
zona de auscultação dos interessados

Assim, é no **cruzamento de sectores prioritários e fundamentais com os interesses dos auscultados e com o grau de viabilidade da inserção** que nos situamos. A este cruzamento está associada uma forte componente de:

- negócio próprio (artífice, trabalhador por conta própria, micro negócio familiar);
- serviços de carácter social, ligados a ONG, à estrutura montada no terreno (UNTAET, CNRT), à instalação de núcleos ou centros

comunitários de acolhimento de competências, disponibilização de serviços e satisfação de necessidades pessoais e comunitárias.

Constituiu também opção de prioridade uma intervenção focalizada nas necessidades de formação dos indivíduos que, tendo manifestado desejo de regresso, detêm níveis de qualificação mais baixos e/ou indiferenciação profissional, ou ainda, dos indivíduos que, detendo uma profissão, carecem, para o seu útil exercício, de um aprfundamento de conhecimentos práticos, tendo em conta o contexto actual de Timor-Leste.

Não estão específicamente contemplados neste plano os timorenses portadores de profissões com níveis de qualificação superiores, encontrando-se no entanto, em muitos casos, a necessidade e vantagem de realização de estágios profissionais.

1.1.2 Os **princípios que regem a formatação das bandas formativas** apresentadas, privilegiam uma oferta formativa capaz de responder ao cruzamento entre:

- sectores de actividade económica estratégicos e infra-estruturantes do novo Estado e necessidades de recursos humanos nesses sectores (i);
- competências detidas pelos auscultados e correlativas necessidades de formação auto-diagnosticadas por estes (ii);
- intenções dos auscultados quanto às profissões a desempenhar em Timor-Leste e correlativa expressão de interesses quanto às áreas formativas.

(i) perfis/fileiras profissionais enquadráveis em sectores de actividade presumivelmente estratégicos, como por exemplo as pescas, não foram objecto de tratamento pelo facto de não terem sido apuradas quaisquer manifestações de desejo de ingresso nesses sectores por parte dos auscultados;

(ii) haverá, entre os inquiridos que manifestaram intenção de regresso a Timor-Leste, indivíduos que não carecem de complemento formativo técnico, mas somente de formação ao nível do enquadramento e adaptação à situação a encontrar no destino.

1.1.3 **Privilegia-se um itinerário formativo que observe**:

a) uma formação **tematicamente** a três tempos:

- um primeiro, de enquadramento e contextualização (*kit básico*);
- um segundo, de preparação para um desempenho profissional específico (formação técnica);
- um terceiro, de criação de condições para a multiplicação de competências e saberes dos profissionais que se encontram em Timor-Leste, bem como daqueles cujo regresso ocorrerá num médio prazo (formação de formadores).

b) uma "formação" em **língua portuguesa**, de formato atípico, fortemente funcional, integrando a utilização dos próprios conteúdos temáticos na percepção e na prática (oral e escrita). Esta "formação" vai estando presente, de forma transversal, ao longo de toda a formação.

c) uma formação curta, de **carácter intensivo**, eminentemente prática que:

- contemple e integre as competências, os conhecimentos e os saberes detidos pelos formandos;
- respeite e responda às expectativas de aprendizagem e formação dos formandos;
- esteja exclusivamente orientada para um ingresso num tecido produtivo que não só está presentemente a ser (re)construído de raiz, como deverá ter os timorenses como principais agentes da sua constituição e desenvolvimento.

d) uma formação por **perfis de banda larga** que, fundamentalmente:

- majore as possibilidades de integração profissional em Timor-Leste;
- minore as condições de dependência e fragilidade impostas pela situação que Timor-Leste vive actualmente;
- acresça a mobilidade profissional dos formandos no contexto do enquadramento administrativo e produtivo a desenvolver e/ou a definir em Timor-Leste.

e) uma formação operacionalizada de modo **flexível e customizado**, por forma a garantir que:

- os conteúdos formativos sejam ajustados às necessidades e às oportunidades a encontrar em Timor-Leste;
- a metodologia de formação preconizada não constitua factor de inibição da aprendizagem;
- os recursos e dispositivos pedagógicos utilizados sejam replicáveis/utilizáveis em Timor-Leste;
- exista auscultação sistemática dos formandos por forma a aferir e afinar a estratégia formativa desenvolvida à medida que a mesma decorre.

f) Uma formação **de apoio à inserção**, envolvendo:

- instituições, organismos e empresas timorenses;
- instituições, organismos e empresas portuguesas pertinentes para o desenvolvimento de Timor-Leste;
- instituições, organismos e empresas portuguesas, representados e com presença em Timor-Leste;
- instituições e organismos internacionais, representados e com presença em Timor-Leste.

1.2 Características, objectivos, métodos e conteúdos

1.2.1 Características e objectivos da formação a implementar

A formação a implementar terá que atender:

- às competências de base já adquiridas e aos níveis de qualificação de partida;
- às cronologias de regresso;
- à expressão de vontades, no tocante a "profissões" ou "papéis" a desempenhar em Timor-Leste.

Para da além aquisição/reforço de competências no exercício de uma profissão, constitui objectivo directo desta intervenção **privilegiar formação destinada à preparação para o regresso e para o encontro com um território e uma sociedade diversos dos deixados**, através do reforço de competências de cidadania – participação na resolução de problemas colectivos, nomeadamente:

- valorização da vida e do respeito pelo(s) outro(s);
- valorização da solidariedade e da entreajuda;
- respeito pela natureza e pela comunidade;
- responsabilização pelo apoio aos que ficaram e pela reconstrução da sociedade;
- sentido de prioridade e escolhas de actuação – cada um actua à sua medida, na sua escala, situado no seu enquadramento (método do "formigueiro").

As limitações decorrentes do tempo disponível para a formação em Portugal, de alguma inadequação das acções de formação anteriores face aos novos contextos, bem como do relativo desconhecimento dos cenários de inserção no destino, **determinam uma formação por perfis de banda larga**, relacionados, na sua maioria, com a possibilidade de **implementação local de 'actividades autónomas'**, que permitam o estabelecimento de uma **rede básica de serviços indispensáveis ao funcionamento da comunidade**. O desenvolvimento desta rede básica constitui factor gerador de animação social e económica, e de construção de áreas de mercado gradualmente estruturantes.

Neste contexto, a formação tem que naturalmente partir de um enquadramento operado em Portugal, no qual se clarifiquem, mais objectivamente, competências de partida e de destino, com um itinerário ditado por factores de emergência e por uma linha de desenvolvimento que deve ter continuidade em Timor-Leste.

Para tanto, **propõe-se que, comum a toda a formação**, seja implementada uma primeira fase destinada ao esclarecimento dos objectivos e clarificação do ponto de partida dos participantes, permitindo a (re)orientação de perfis de destino. Nesta fase, seria concomitantemente desenvolvido um módulo basilar (*kit básico*) direccionado para:

- situação e contexto institucional no território;
- condições de vida, de segurança e de trabalho;
- valores de solidariedade, de cidadania e de respeito pela pessoa e pelas comunidades;
- valorização de contextos de relação, de compromisso e de cooperação;
- actuação em situações de emergência, sobrevivência ou de adaptação à mudança.

Iniciando a formação e transversal a toda ela desenvolve-se o reforço da aprendizagem e da utilização da língua portuguesa, como elemento de ligação e na observância de desideratos de carácter cultural e político.

1.2.2 Enquadramento dos perfis profissionais

Resultando, mais uma vez, do cruzamento dos sectores de actividade mais estruturantes e da viabilização imediata no contexto de Timor-Leste, com as preparações profissionais e as vontades expressas pelos cidadãos timorenses residentes em Portugal, identificaram-se os seguintes sectores de enquadramento:

1. construção civil;
2. ordenamento do território e obras públicas;
3. mecânica e manutenção;
4. agricultura e agro-pecuária;
5. vestuário;
6. restauração, hotelaria e turismo;
7. cuidados pessoais;
8. administração e gestão;
9. acção social e apoio à comunidade.

Os sectores da saúde, da educação, da administração pública, da segurança e da protecção civil não são aqui desenvolvidos, dado poderem ser tratados por entidades ou serviços tutelares competentes e especialmente vocacionados.

Não são também contempladas as profissões e/ou qualificações de nível superior, por razões já invocadas.

1.2.3 Destinos de inserção

Constituindo a inserção sócio-profissional área de primordial importância, tanto para a formação, como para o processo de regresso a Timor-Leste, considerou-se fundamental o equacionamento de hipotéticos cenários, pontuados pela viabilidade, no que se sabe ser o contexto de destino.

Assim, identificaram-se como possíveis destinos de inserção em Timor-Leste:

- as actividades por conta própria, negócios familiares ou outros que venham a constituir-se;
- as empresas nacionais e estrangeiras a operar no território;
- as estruturas de actividade familiar, como sejam as estruturas ligadas à agricultura e à criação de gado;
- a Administração central, regional e local ou instituições de carácter público;
- as organizações de carácter associativo nacionais (ONG, cooperativas);
- os centros comunitários polivalentes;
- os organismos internacionais.

1.2.4 Fileiras, perfis profissionais e respectivas opções de inserção

Por forma a relacionar perfis, sectores e opções de inserção com a formação a implementar, estabeleceram-se os seguintes quadros de referência:

Quadro 1 - Construção Civil

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Desenhador(a)/ /Medidor(a)	6 meses	Desenho Medição Leitura e interpretação de cartas, projectos e plantas Noções de: - Concepção e organização - Topografia - Arquitectura	Construção Civil Obras Públicas	Integração em empresa Integração em pequeno negócio
Electricista	6 meses	Electricidade Distribuição de electricidade Instalação e manutenção eléctrica Noções de electrotecnia Segurança	Construção Civil Obras Públicas Electrotecnia	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa
Canalizador(a)	6 meses	Canalizações Instalações sanitárias Aquecimento de águas	Construção Civil Obras Públicas	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa
Pedreiro(a)	4 meses	Pedreiro Canteiro Ladrilhador	Construção Civil Obras Públicas	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa
Pintor(a)	4 meses	Pintor Estucador Ladrilhador Preparação e revestimento de superfícies	Construção Civil Obras Públicas	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa
Carpinteiro(a)	6 meses	Carpintaria de toscos e/ou limpos Marcenaria Tratamento de madeiras Escultura de artefactos Construção, manutenção ou recuperação de estruturas e/ou objectos de madeira	Construção Civil Obras Públicas Madeira e suas obras	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa
Serralheiro(a)	6 meses	Serralheiro Torneiro Fresador Soldador	Construção Civil Obras Públicas Metalurgia Metalomecânica	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa
Oleiro(a)	4 meses	Olaria Cerâmica Fabricação de produtos cerâmicos	Construção Civil Obras Públicas Cerâmica	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa

Áreas de competência transversal: interpretação de desenhos, projectos e/ou maquetes; criação e gestão de auto-negócio.

Quadro 2 - Ordenamento do Território e Obras Públicas

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Topógrafo(a)	6 meses	Topografia Cartografia	Obras Públicas Ordenamento do território	Integração em pequeno negócio Integração em empresa Integração na Administração do Território
Cantoneiro(a)	4 meses	Cantaria Calcetaria	Obras Públicas	Integração em pequeno negócio Integração em empresa Integração na Administração do Território

Área de competência transversal: criação e gestão de auto-negócio.

Quadro 3 - Mecânica Auto e manutenção

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Mecânico(a) Auto	6 meses	Manutenção e reparação de motores e veículos motorizados (automóveis e motociclos)	Mecânica e Manutenção	Negócio próprio Integração em pequeno negócio
Reparador de carroçarias	4 meses	Reparação de carroçarias (bate-chapas) Pintura de veículos motorizados	Mecânica e Manutenção	Negócio próprio Integração em pequeno negócio
Electricista Auto	6 meses	Electricidade auto	Mecânica e Manutenção Electrotecnia	Negócio próprio Integração em pequeno negócio

Área de competência transversal: criação e gestão de auto-negócio.

Quadro 4 - Agricultura e Agro-pecuária

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Agricultor(a)	4 meses	Produção e exploração florestal e/ou agrícola	Agricultura Produção vegetal Silvicultura Agronomia	Exploração e negócio próprios Exploração e negócio cooperativos Integração na Administração do Território
	4 meses	Produção e exploração agrícola	Agricultura Produção vegetal Horticultura Agronomia	Exploração e negócio próprios Exploração e negócio cooperativos
	4 meses	Produção pecuária e forrageira	Agricultura Produção animal (criação) Produção vegetal	Exploração e negócio próprios Exploração e negócio cooperativos
	4 meses	Produção e exploração de café	Agricultura Produção vegetal Agronomia	Exploração e negócio próprios Exploração e negócio cooperativos
Jardineiro(a)	4 meses	Jardinagem Desenho, implantação e manutenção de espaços verdes	Ordenamento paisagístico	Exploração e negócio próprios Integração na Administração do Território
Técnico(a) de Conservação	4 meses	Conservação, acondicionamento, distribuição e transporte de produtos agrícolas	Agricultura Agro-alimentar	Auto-negócio (em apoio a outros negócios) Integração na Administração do Território

Áreas de competência transversal: criação e gestão de auto-negócio, cooperativismo.

Quadro 5 - Vestuário

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Costureiro(a)/ /Alfaiate	5 meses	Desenho Modelagem Corte Confecção	Vestuário	Negócio próprio Integração em empresa

Área de competência transversal: criação e gestão de auto-negócio.

Quadro 6 - Restauração, Hotelaria e Turismo

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Agente de Hotelaria e Turismo	4 meses	Turismo Hotelaria Inglês Relações públicas Marketing e publicidade turísticos e hoteleiros	Turismo Hotelaria	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa
Cozinheiro(a)	5 meses	Cozinha	Restauração Hotelaria	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa
Padeiro(a)/ /Pasteleiro(a)	5 meses	Padaria Pastelaria	Restauração Hotelaria Agro-alimentar	Negócio próprio Integração em pequeno negócio Integração em empresa

Área de competência transversal: criação e gestão de auto-negócio.

Quadro 7 - Cuidados Pessoais

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Cabeleireiro(a)	4 meses	Cabeleireiro Manicura Esteticista	Serviços pessoais e à colectividade	Negócio próprio Integração em pequeno negócio

Área de competência transversal: criação e gestão de auto-negócio.

Quadro 8 - Administração e Gestão

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Profissional Técnico-Administrativo	4 meses	Secretariado técnico Secretariado comercial Correspondência Organização, classificação e arquivo de documentação Atendimento e acolhimento Microinformática (tratamento de texto e folha de cálculo) Noções de: - Contabilidade Geral - Administração de pessoal	Administração e Serviços	Integração na Administração do Território Integração em centro comunitário Integração em empresa
Contabilista/ /Gestor(a)	8 meses	Contabilidade Geral Gestão administrativa Gestão comercial Microinformática de gestão Criação, organização e gestão de auto-negócio Noções de: - Contabilidade Analítica - Gestão Financeira - Controlo de Gestão - Direito Comercial - Fiscalidade	Administração e Serviços Gestão	Negócio próprio Integração na Administração do Território Integração em empresa
Técnico(a) de Aprovisionamento	4 meses	Aprovisionamento Acondicionamento Embalamento Conservação e manutenção Transporte Colocação e reposição Higiene, prevenção e segurança Noções de: - Organização do trabalho - Logística e distribuição - Gestão de stocks	Administração e Serviços Distribuição e Transporte Gestão da Produção	Integração na Administração do Território Integração em centro comunitário Integração em empresa
Profissional de Tratamento de Informação	6 meses	Tratamento de documentação Gestão de informação científica e técnica Organização e gestão de bibliotecas e espaços afins Comunicação e Animação Exposição (concepção) Promoção e divulgação Microinformática de gestão documental	Administração e Serviços Ensino e Formação	Integração na Administração do Território Integração em centro comunitário Integração em estrutura de ensino/ /cultural
Operador(a) de Informática	6 meses	Microinformática Aplicações de escritório: - Tratamento de texto - Folha de cálculo - Apresentações - Correio electrónico/ /Intranet e Internet - Software integrado Instalação, configuração, operação e manutenção Solução de problemas Apoio a utilizadores Noções de: - Sistemas informáticos - Hardware e - Redes informáticas - Burótica - Informática de gestão	Administração e Serviços Informática	Integração na Administração do Território Integração em empresa Integração em centro comunitário Integração em estrutura de ensino/ /cultural

Área de competência transversal: micro-informática

Quadro 9 - Acção Social e Apoio à Comunidade

Designação	Duração da formação	Âmbito da banda de formação	Sectores e sub-sectores de actividade	Opções de inserção
Auxiliar Social e Familiar	3 meses	Trabalho social Educação para a saúde Cuidados de saúde primários Apoio materno-infantil Puericultura Apoio à terceira idade Apoio/assistência domiciliária Economia social familiar Economia familiar rural	Acção Social	Integração em centro comunitário ou estrutura afim Integração na Administração do Território
Auxiliar de Saúde Publica	5 meses	Saúde pública Higiene comunitária Prevenção e profilaxia Cuidados de saúde primários Acolhimento e assistência hospitalar Cuidados aos doentes Reeducação e reabilitação Apoio/assistência domiciliária Apoio materno-infantil Primeiros Socorros	Saúde/Sector sanitário	Integração em centro comunitário ou estrutura afim Integração na Administração do Território
Agente de Apoio Comunitário	4 meses	Educação cívica Animação sócio-cultural Educação e animação desportiva Relação Pedagógica Atelier educativo Promoção e defesa dos direitos dos cidadãos Enquadramento intercultural Noções de: - Política social - Direito Social - Protecção Social - Associativismo	Acção Social Ensino Desporto	Integração em centro comunitário ou estrutura afim Integração na Administração do Território
Auxiliar de Apoio a Crianças	3 meses	Ocupação e animação de tempos livres Atelier educativo Educação para a saúde Educação para a cidadania Higiene alimentar Prevenção e profilaxia Organização e gestão de infantário e creche Noções de: - Pedagogia - Psicologia do desenvolvimento - Psicologia da criança	Acção Social Ensino	Integração em centro comunitário ou estrutura afim Integração na Administração do Território
Auxiliar de Apoio a Jovens	3 meses	Educação e animação desportiva Ocupação e animação de tempos livres Atelier educativo Educação para a saúde Educação para a cidadania Serviço à comunidade Apoio, orientação e enquadramento de jovens Noções de: - Pedagogia - Psicologia do desenvolvimento - Psicologia do adolescente e do adulto	Acção Social Ensino Desporto	Integração em centro comunitário ou estrutura afim Integração na Administração do Território

Área de competência transversal: organização e animação de projectos.

1.2.5 Composição e arquitectura

a) Formação na e em Língua Portuguesa

A formação que aqui se perspectiva deverá iniciar-se com um diagnóstico sobre o domínio da estrutura e da funcionalidade da Língua Portuguesa por parte dos cidadãos timorenses abrangidos por este projecto de formação.

A ligação dos resultados deste primeiro despiste à constituição de grupos relativamente homogéneos, deve todavia ter em conta a associação destes grupos aos conteúdos formativos de índole técnica.

Quer pela ocorrência de diversidade de níveis de domínio da língua, quer pelo carácter intensivo e fortemente funcional que esta formação deve ter, aconselha-se uma linha pedagógica sublinhadamente prática, muito ligada à imagem, à demonstração de saberes-fazer e à exploração de temas relacionados com a vida, a cultura da Comunidade e o exercício prático da cidadania e da entreajuda.

Assim, tendo como tónica a funcionalidade e a utilidade, a formação em Português, acompanharia todo o ciclo ou itinerário de formação desenhado para cada grupo de indivíduos.

b) Formação Cívica e de preparação para o regresso (*kit básico*)

Esta fase teria um total de **42 horas** (7 dias), utilizando métodos activos, participação e simulação de situações.

O término desta fase poderá implicar ou induzir reorientação de escolhas quanto à área formativa procurada. Incorpora ainda uma área comportamental e de desenvolvimento pessoal de apoio aos formandos, a ser retomada na fase 4 (formação de formadores), aqui enunciada.

c) Formação Técnica

Em princípio, e face às limitações que decorrem do desconhecimento exacto da preparação dos participantes, a duração mínima da formação técnica será de **150 horas** (25 dias), correspondendo a conteúdos muito práticos e com fraca carga teórico-científica.

d) Formação de Formadores

Na fase de conclusão do corpo de formação, situar-se-á um módulo de formação de formadores, com a duração de **42 horas** (7 dias), que se pretende facilitador da transmissão de saberes e da multiplicação de competências no terreno, fazendo dos participantes agentes difusores de competências.

Deve constituir-se como formação eminentemente prática, na qual se recorra à exemplificação e ao exercício de situações de transferência de competências, de saberes e de saberes-fazer explorados nas fases anteriores.

Nela se deve incorporar ainda uma área comportamental e de desenvolvimento pessoal de apoio aos formandos.

e) Logística do regresso

Por fim, reservar-se-ão **6 horas** (1 dia) para prestação de informações úteis e orientações ligadas à logística do regresso.

O corpo de formação teria, assim, a seguinte composição:

Português

Formação cívica e de preparação para o regresso; [42 horas / 7 dias]

Formação técnica
Duração variável
Mínima [150 h / 25 dias]

Formação de formadores
[42 h / 7 dias]

Orientações logísticas
[6 h /1 dia]

360 horas / 60 dias úteis / 12 semanas / 3 meses

Considerando variável o corpo intermédio da formação técnica, poder-se-á referir que a duração da formação será tanto mais extensa quanto maior a incorporação de componentes tecnológicas e/ou quanto maior for o diferencial de competências entre os perfis de entrada e de saída da formação. **O recurso à introdução de componentes práticas e de experimentação constitui factor de consolidação.**

1.2.6 Estratégias e formas de organização da formação

Neste âmbito considera-se fundamental a convicção de que estamos perante uma formação atípica, cuja emergência determina formatações compactas e fortemente praticistas e onde se valorizam:

- factores de motivação e de acompanhamento;
- a iniciativa e a capacidade de entreajuda dos participantes;
- o contacto com as "profissões" e com as áreas de aprendizagem através da ligação a profissionais e/ou a empresas e entidades com elas directamente relacionadas;
- a apropriação da formação e o seu impacto na vida dos participantes/cidadãos.

Todo este processo deve ser claro para a Comunidade Timorense que dele se deve apropriar, promovendo o seu máximo aproveitamento e adequação.

1.2.7 Métodos

A utilização de métodos activos com forte apelo à participação, sustenta-se ainda no carácter praticista ligado à imagem e ao saber-fazer que deve perpassar nesta formação.

Enquanto tópicos destacaríamos:

- formação muito ligada à vida e aos contextos;
- formação activa e de experimentação;
- formação de apelo à responsabilidade;
- utilização de recursos pedagógicos simples, isto é, facilmente utilizáveis em Timor-Leste.

A formação deve pois ser desenvolvida com sentido prático e com recurso a exemplos e experiências ligadas à vida dos participantes e aos papéis que se pretende venham a desempenhar em Timor-Leste.

Os recursos técnico-pedagógicos e de apoio à formação devem corresponder ao nível de literacia dos formandos, apoiando-se, nomeadamente, em exemplos práticos, simulação de contextos de trabalho, exercícios práticos de desempenho.

O enquadramento e os conteúdos devem estar estruturados e adequados à cultura timorense, tendo também em consideração o tempo e condições de permanência em Portugal.

As condições do país de destino devem ser sistematicamente clarificadas e explicitadas, situando o papel de cada um no exacto segmento de trabalho e de reconstrução para que dirigem as suas competências.

Cada área de formação deve ficar suportada em Guias ou Manuais onde se ilustrem os conhecimentos, saberes e competências que se pretendem consolidados também pela prática e pelo seu exercício e desenvolvimento em Timor Leste. O seu grafismo e conteúdos devem ser fortemente apelativos, de fácil transporte, utilização e aplicabilidade.

1.2.8 Conteúdos formativos

Estrategicamente, considera-se que neste ponto e no âmbito deste documento se deve desenvolver **apenas a formação com carácter temático inovador**, cuja vocação não resida já em entidades e em práticas recenseadas e em funcionamento.

Esta perspectiva enraíza na convicção de que **é do diálogo e da negociação com as entidades adequadas** (empresas, instituições, ONG, entidades formadoras públicas e privadas, profissionais dos sectores de actividade e profissionais de formação), **que resulta a exacta formatação dos conteúdos técnicos e linguísticos a difundir**.

Muito desenhada à medida, a formação com carácter temático inovador tem que assentar na flexibilidade e na adequação entre objectivos específicos / competências dos formandos / gestão pedagógica e dos conteúdos / cronologias e durações limitadas, como elementos de eficácia de todo este processo.

No que respeita aos diversos conteúdos da formação técnica a desenvolver, cumpre-nos referir que existe já um quadro de referenciais alargado sediado em instituições públicas (centros de gestão directa e centros protocolares do IEFP, INOFOR) que se pode constituir como ampla fonte de inspiração.

Os quadros de referência estão contidos no **ponto 1.2.4** deste documento (**fileiras, perfis profissionais e opções de inserção**), ao qual preside o critério de adopção de perfis de banda larga, muito ligados a contextos de auto-negócio, de artífices e de actividades de subsistência, ou, por outro lado, ligados a actividades do foro social e comunitário e residualmente a alguma actividade empresarial e desempenhos na administração pública.

Relativamente à **Formação Cívica e de preparação para o regresso** (*kit básico*), identifica-se o seguinte plano de conteúdos que deve integrar:

- situação e contexto institucional no território (actual e a curto/médio prazo)
    - -o plano e as fases do processo de transição e as instituições responsáveis pela administração do território;
    - - os objectivos e a estruturação da cooperação portuguesa;
    - - as organizações que estão no terreno, suas atribuições e competências;
    - - as estruturas empregadoras com implantação no terreno (identificação).
- cidadania e solidariedade
- higienismo, saúde pública e primeiros socorros.

A área de **Formação de Formadores**, fortemente prática, constitui zona de experimentação e de transmissão de conhecimentos e de competências entretanto adquiridas. Remete para exercícios de demonstração de saber-fazer, bem como para a "vivência" em grupo de situações que apelem à resolução de problemas, à negociação, à liderança e à interpretação de necessidades e de vontades. Daí o entrosamento que deve estabelecer com o sentido de utilidade, as capacidades de comunicação e de relação, o desenvolvimento pessoal e a auto-estima.

Áreas de Trabalho da Formação de Formadores/Animadores:

- Consolidação dos conhecimentos adquiridos (qual a consciencialização que tenho do que aprendi e como identifico as minhas competências?)
- Quais as competências que posso transferir?
- Como mobilizar potenciais beneficiários dos meus saberes?
- Como implementar iniciativas de formação-acção propiciadoras de soluções úteis para a resolução de problemas?

- Como dinamizar núcleos de aprendizes e estimular redes de partilha de competências?
- Como explorar métodos e formas de aprendizagem cooperativa?

Resultados Esperados / Estratégia de Acção / Plano Pessoal de Utilidade:

- Capacidade de exercício da actividade/profissão
- Capacidade de desmultiplicar/exportar a capacidade própria para outros
- Capacidade de funcionar como "pivot"/animador de resolução de problemas comunitários

A área da **Logística de regresso** funciona como elemento final de "securização" dos participantes, esclarecendo os passos a dar à chegada, as entidades e organizações a contactar, a informação básica sobre "o que fazer", "como fazer", "as ajudas disponíveis" e os elos de ligação a estabelecer. Esta área deve ser suportada por um pequeno "guia de apoio" (SOS de regresso), muito simples e directo, contendo as indicações importantes que entretanto devem ser coligidas e sistematizadas de forma sugestiva e graficamente orientadora.

1.3 Organização e condições de funcionamento

A implementação do Programa de Formação depende necessariamente:

- **de uma estrutura de organização e gestão da formação em Portugal,** à qual caberia a coordenação e acompanhamento da formação identificada como necessária e a articulação com as entidades executoras;
- **das entidades formadoras** (públicas e privadas) com vocações específicas e dispondo de flexibilidade para acolher o modelo de formação gizado (i);
- **das entidades de vocação especializada**, nomeadamente no domínio da saúde, da educação, das forças de segurança (militares e militarizadas), dos serviços de protecção civil e da administração pública;

- **da ligação entre estruturas**, nomeadamente o Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste, as instituições diplomáticas portuguesas, o Centro de Acolhimento e Informação em Díli, as autoridades do território (UNTAET, CNRT) e as organizações activas no sector da formação.

(i) A realização da formação deverá, preferencialmente, decorrer em entidades que conheçam bem a identidade sociocultural da Comunidade a que pertencem os participantes e/ou detenham as competências-chave definidas como prioritárias.

A definição de uma **estrutura de organização e de gestão da formação em Portugal** teria como atribuições específicas:

- a identificação das condições de realização da formação, a selecção das entidades formadoras adequadas, a negociação e a estabilização dos conteúdos formativos;
- a aceitação e validação das candidaturas das entidades a cada curso ou conteúdo formativo (ii);
- o acompanhamento e a selecção dos formandos por curso e entidade;
- o acompanhamento dos cursos;
- a recolha de informação sobre o desenvolvimento e avaliação da formação
- a coordenação, através do Forum da Formação Profissional, da acção das entidades formadoras implicadas no Programa.

(ii) - À selecção das entidades formadoras presidirá, entre outros critérios, a capacidade de adequação e de gestão de relações contextualizadas e a compreensão da prioridade, cronologia e caracter específico desta formação

Quanto à **ligação entre estruturas**, é importante referir que outras agências estão a posicionar-se no sentido de disponibilizar um apoio à reconversão do ensino técnico e formação profissional em Timor-Leste. É disso particularmente ilustrativo o relatório da recente missão levada a cabo pela OIT, o qual estabelece as linhas orientadoras para um eventual programa de intervenção nesta área.

Este programa apresenta-se como um contributo à "...*profunda reorientação indispensável para dotar Timor-Leste de um sistema de formação profissional capaz de tornar-se uma importante ferramenta para os esforços de reconstrução e desenvolvimento*". O programa visa responder à necessidade de disponibilizar:

- um serviço integrador das áreas da formação profissional e do emprego;
- um registo nacional da procura de emprego e das competências existentes nas comunidades;
- pacotes de formação linguística, agrícola, empresarial e um sistema de crédito;
- formação de formadores e de outros quadros.

A estrutura de gestão do programa é concebida a dois níveis:

- um, de natureza de supervisão política – o *Forum of Vocational Training Partners (FVPT)*
- outro, vocacionado para a gestão técnica das intervenções – o*Technical Management Team (TMT).*

Como resultado do programa espera a OIT que:

- 8000 pessoas desempregadas e sub-qualificadas tenham participado nas acções de formação, com vista a incrementar as hipóteses de emprego e auto-emprego;
- 2000 pessoas tenham sido envolvidas em actividades de reconstrução, através de formação no posto de trabalho e do recurso a esquemas de uso intensivo de mão-de-obra;
- os promotores de formação profissional e de emprego tenham visto reforçadas as suas competências, de modo a contribuírem para o

estabelecimento de actividades geradoras de rendimento e, mais genericamente, para o desenvolvimento económico sustentável.

2. Programa de Estágios Profissionais

2.1. O aprofundamento de conhecimentos adquiridos, tanto no caso de estudantes do ensino superior como no de alunos da formação profissional, foi uma necessidade reconhecida por um número importante de membros da Comunidade que responderam ao inquérito. Para além da hipótese da frequência de novos cursos, há a considerar a possibilidade de participação em estágios profissionais, que poderão ter duas vantagens: por um lado, iniciar os formandos na vida prática; por outro, apresentar uma alternativa à "colecção de cursos" que alguns timorenses têm vindo, por diversos motivos, a fazer (como demonstra o inquérito, a média situa-se nos 1,4 cursos por pessoa).

2.2. Certas empresas e departamentos do Estado, nomeadamente aqueles que estão a preparar ou têm em curso intervenções em Timor-Leste, mostraram-se já receptivos a aceitar estagiários timorenses, por períodos de tempo variáveis de acordo com os objectivos pretendidos. Nalguns casos prefigura-se a possibilidade de, realizando-se o estágio com bom aproveitamento, os formandos virem a ser contratados pela mesma entidade ou outra associada para prestação de trabalho em Timor-Leste.

2.3. Estas duas faces da mesma moeda deveriam ser rentabilizadas da melhor maneira. Por uma questão de princípio e também porque estão em causa vantagens que podem vir a revelar-se significativas para alguns timorenses, deveria instituir-se um procedimento de candidaturas aberto, amplamente difundido e balizado por critérios de admissão claros. Nesse sentido, encontra-se em anexo a este Relatório uma proposta de formulário a preencher pelas entidades disponíveis para admitir estagiários, que seria enviado a uma instituição coordenadora deste processo específico, com a qual seriam concertadas as medidas de divulgação adequadas a cada caso. A apreciação das candidaturas e a respectiva selecção final seria da responsabilidade das entidades proponentes dos estágios.

2.4. A instituição coordenadora dos Estágios Profissionais teria também de procurar oportunidades em áreas solicitadas pelos timorenses com condições para usufruirem deste tipo de formação e que não correspondessem a ofertas já identificadas. Nesse caso, as necessidades dos formandos teriam de ser rigorosamente aferidas, de modo a conseguirem encontrar-se as respostas mais adequadas em tempo útil.

2.5. Em todos os casos o acompanhamento e a avaliação dos estagiários deveria obedecer a alguns parâmetros comuns, a fim de se conseguirem padrões elevados de qualidade e aproveitamento e de se obterem ganhos de aprendizagem com esta experiência, utilizáveis noutras ocasiões ou circunstâncias.

III. Plano Legislativo

1. Contexto

A todos os cidadãos naturais de Timor-Leste foi até agora reconhecida a nacionalidade portuguesa, desde que ela fosse por eles solicitada. No entanto, atendendo à situação precária em que se encontrava a grande maioria, nomeadamente dos que residiam em Portugal, foram sucessivamente sendo promulgados diplomas específicos, com a finalidade de favorecer a sua inserção social. Foram assim contempladas situações como o direito à reforma dos antigos funcionários públicos da administração colonial portuguesa (independentemente de se encontrarem a viver em Timor-Leste ou em Portugal), a reintegração nos quadros da função pública dos que, residindo em Portugal, formulavam esse pedido e a consideração de um regime especial de acesso à universidade. Apesar disso era visível que os apoios sociais eram manifestamente insuficientes face às carências em que os diversos grupos iam chegando de um território isolado e ocupado por uma potência colonial terrorista.

A vinda para Lisboa de dezenas de jovens timorenses que procuraram refúgio político em embaixadas estrangeiras em Jacarta, a partir de 1994, quando o impacto do grande sobressalto público de solidariedade com Timor-Leste na sequência do massacre de 12 de Novembro de 1991 ainda se fazia sentir, levantou novos problemas e destacou falhas e soluções. No seguimento de um memorando entregue ao Primeiro-Ministro no 4º aniversário do massacre de Santa Cruz, subscrito por 10 organizações da sociedade civil portuguesa, o Governo decidiu criar uma Comissão Interministerial para o Acolhimento e a Inserção da Comunidade Timorense, mais tarde substituída pela Comissão Permanente para o Acolhimento e a Inserção Social da Comunidade Timorense. Para além de outras actividades, esta elaborou um diploma destinado a apoiar todos os cidadãos portugueses que "*contra sua vontade, se viram forçados a regressar a Portugal em consequência* (...) *de ofensa ou ameaça aos seus direitos* *fundamentais, nomeadamente fugidos a situações de risco de guerra, de privação de liberdades ou de ameaça física ou moral*" (Decreto-Lei nº 133/97 de 30 de Maio).

2. Questões de fundo

Após o exercício do seu direito à autodeterminação e de acordo com os resultados apurados pelas Nações Unidas, iniciou-se um processo de transição para a independência que configura novos cenários e coloca novos desafios a todas as partes. Em Portugal torna-se essencial, a partir deste momento, definir com clareza os apoios a que terão direito os membros da Comunidade Timorense, em cada uma destas três situações-tipo: no caso dos que desejam partir para participar na reconstrução do seu país, no caso dos que decidem permanecer em Portugal e ainda no caso dos que virão no futuro, em condições diferentes e com outros objectivos. Uma vez equacionadas todas as possibilidades e as respectivas capacidades de resposta, é imperioso dar tempo aos timorenses para compreenderem o que está em causa em cada uma das alternativas, de modo a que possam tomar decisões fundamentadas sobre o seu futuro e o das suas famílias. Para isso é também indispensável que quem de direito organize uma campanha de informação junto da Comunidade, utilizando vários meios apropriados às situações em que se encontram os seus membros, à sua cultura e formas de comunicação específicas.

Como já foi referido, nem todos os timorenses que pretendem regressar à sua terra o querem fazer ao mesmo tempo. Propõe-se, por isso, que o período de transição seja adoptado como o tempo necessário à divulgação da informação acima mencionada, à reflexão e à tomada de decisão sobre as opções que cada pessoa, ou cada agregado familiar, deseja fazer.

Embora se reconheça que é um problema complexo e que exige tempo para ser devidamente estudado, lembramos que a questão da nacionalidade é importante para muitas pessoas. Podem os timorenses conservar a nacionalidade portuguesa? Em que condições? Haverá a possibilidade de acesso a dupla nacionalidade? O que quer isso, na prática, dizer?

3. Apoio integrado ao regresso

Para os timorenses que decidem participar activa e directamente na reconstrução do seu país, um diploma instituindo um Programa Integrado de Apoio ao Regresso deveria ser a resposta-base de referência. Tendo como horizonte temporal o período de transição, este enquadramento cumpriria de modo similar (preferencialmente melhorado devido à experiência entretanto adquirida) as funções que cabiam ao Decreto-Lei nº 133/97.

Por um lado, a nova legislação teria de mencionar, de forma mais desenvolvida, as actividades propostas no capítulo I da segunda parte do presente Relatório (Centro de Informação e Apoio ao Regresso em Lisboa, Plano de Formação, Centro de Acolhimento e Informação em Díli), assim como as respectivas responsabilidades institucionais e financeiras.

Por outro lado, estipularia o tipo de apoios sociais - e a sede institucional da respectiva aplicação - a que teriam acesso o conjunto de cidadãos abrangidos. Retomando a perspectiva anteriormente enunciada no sentido de não fornecer aos timorenses, em Timor-Leste, outros mecanismos de inserção a não ser os que estiverem disponíveis para toda a população, no pressuposto de que seria feito todo um esforço de informação e estabelecimento de contactos que constituiria a missão do Centro de Acolhimento e Informação a criar em Díli, o pacote de apoios específicos ao regresso seria concentrado na fase anterior à partida. Neste contexto, era necessário prever a elaboração/revisão de "projectos de vida" das pessoas candidatas ao Programa, de modo a que os direitos e as obrigações de ambas as partes (cidadão e Estado) ficassem mutuamente clarificados (propõe-se que neste aspecto específico o modelo a adoptar seja mais próximo, com as devidas adaptações, do consignado no âmbito do Rendimento Mínimo Garantido do que do D.L. nº 133/97).

As medidas a incluir no Programa diriam respeito: ao apoio à formação (considerando as várias vertentes possíveis, desde a continuação dos estudos em curso, à frequência de cursos de formação profissional específicos ou de estágios profissionais, até ao acompanhamento de estudos de menores por parte dos encarregados de educação); aos apoios sociais nos domínios do alojamento, alimentação e ajuda médica e medicamentosa, em termos a definir; e à oferta de uma viagem de regresso por pessoa, incluindo a facilitação e pagamento dos vistos consulares necessários. No caso de não haver, por parte do cidadão candidato ao Programa, nenhum "projecto de vida" que justifique o apoio à permanência em Portugal, poderiam ser accionados os mecanismos respeitantes à disponibilização da passagem aérea e ao encaminhamento para o Centro de Acolhimento e Informação em Díli.

Para responder à situação específica dos timorenses que decidem não partir definitivamente, mas desejam colaborar, por períodos entre um e três anos, na reconstrução do território, consideram-se duas possibilidades: ou são funcionários públicos e podem recorrer ao D.L. 10/2000 de 10 de Fevereiro, ou não o são e, enquanto não existe legislação apropriada sobre a prestação de serviço de voluntários e cooperantes, deveria ser considerada uma disposição transitória regulamentando estes casos (que, de qualquer modo, no âmbito desta legislação, só se aplicaria a naturais de Timor).

4. Preparação de mudanças nos regimes de apoio

É durante o período de transição que se devem estudar, legislar e divulgar as medidas que configurarão os futuros regimes de apoio aos cidadãos timorenses, após a independência do país. Insiste-se no facto de que para toda a Comunidade é fundamental conhecer antecipadamente as alternativas que a esperam, de modo a poderem fazer as suas escolhas com conhecimento de causa e livres de quaisquer pressões de última hora.

Parece claro que os cidadãos que optarem pela nacionalidade portuguesa (ou puderem escolher a dupla nacionalidade, ao abrigo da qual serão considerados portugueses em Portugal), terão de passar a reger-se pelas leis da República, sem quaisquer prerrogativas adicionais. Mas é preciso que as pessoas sejam informadas do que quer isto dizer exactamente, sobretudo relativamente a como se passa de uma situação com apoios sociais específicos destinados aos timorenses para um regime universal acessível a todos os portugueses.

Para os que optarem pela nacionalidade timorense, deverão ser previstas medidas especiais que contemplem as necessidades de todos quantos prosseguem ou desejam realizar a sua formação em Portugal (desde o ensino básico até à formação profissional, ao ensino superior e à especialização, tendo em atenção os problemas levantados pela concessão de equivalências de habilitações académicas). Neste enquadramento serão abrangidos os timorenses que se encontram a prosseguir estudos, assim como aqueles que hão-de chegar, vindos de Timor-Leste ou de outras partes do mundo, com o mesmo objectivo.

Bibliografia Essencial

"Estudo sobre a situação Sócio-Económica da Comunidade Timorense Residente em Portugal", IESE / GEOIDEIA, Março de 1998

"Guidelines for minimum standards and conditions for humanitarian agencies employing local staff in East Timor", Dezembro de 1999

Humanitarian Assistance Matrix: International NGO Register, OCHA, Fevereiro de 2000

Humanitarian Assistance Matrix: Timorese NGO Register, OCHA, Fevereiro de 2000

"Joint Statement from National and International NGOs for the Tokyo Meeting on East Timor", Dezembro de 1999

"Minutes of the NGO Meeting held at Oxfam International", Dili, Novembro de 1999

"Portugaliae Historica", Revista de História e Cultura Portuguesas, Volume II, 1974

"Para o Bem de Timor" East Timor Human Resource Development Programme Research Report, Oxfam GB, Fevereiro 1999

"Promotion of emergency employment, skills training and reconstruction in East Timor", International Labour Organisation, Novembro de 1999

"Relatório da Missão de Avaliação Conjunta", coordenada pelo Banco Mundial, Novembro de 1999

Relatório do Secretário-Geral da ONU, Janeiro de 2000

"Relatório sobre o Apoio do Estado Português a Timor-Leste no Período de Transição", Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Maio de 1999

"Report of Assessment Mission to East Timor", International Federation of Social Workers, Novembro de 1999

"Report on East Timor NGO Workshop", Dili, Dezembro de 1999

"Resolução do Secretário Geral das Nações Unidas", Setembro de 1999

"Social and Economic Conditions in East Timor", International Conflict Resolution Program – Columbia University (USA) / Fafo Institute of Applied Social Science (Norway), Novembro de 1999

"Strategic Development Planning for East Timor Conference", Melbourne, 5/9 Abril de 1999.

"United Nations Consolidated Inter-Agency Appeal for East Timor Crises", Nações Unidas, Outubro de 1999

Anexos

Centro para a Cidadania Timorense

Questionário registado na
Comissão Nacional de Protecção de Dados

A Comunidade Timorense Residente em Portugal

Recenseamento de Competências
e
Levantamento das Intenções de Participação na Reconstrução de Timor-Leste

Este questionário é constituído por um conjunto de questões relativas às **competências actuais** dos timorenses a residir em Portugal e às **expectativas de participação na reconstrução de Timor-Leste** após os resultados da consulta popular.

A informação será tratada com toda a confidencialidade e usada unicamente para fins estatísticos, nomeadamente para a produção de indicadores de **necessidades de formação profissional** e **de medidas institucionais e legislativas de apoio ao regresso e reinserção profissional** de timorenses actualmente residentes em Portugal.

Os resultados do tratamento da informação contida nos questionários serão relevantes para a elaboração de Programas de capacitação de recursos humanos, nomeadamente de Planos de formação profissional.

A recolha de informação será feita com o consentimento prévio do inquirido e os dados a publicar serão sempre apresentados de modo a garantir o total anonimato.

Com financiamento do **Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste**
Lisboa, Agosto de 1999

Questionário Nº ____________
Entrevistador |_____| ____ **Data** __________

Morada ____ Tel ___________
Código Postal ________ Local ____ NUT _______
Tipo de Residência:

Casa de Habitação ☐ Pensão ☐ Apartamento da Segurança Social ☐
Residência de Estudantes ☐ Outro ☐ Qual? ____________________________

Nº de Timorenses a Residirem em Permanência nesta Morada |_____|

Isolados |_____| Agregados Familiares |_____| Nº Total de Pessoas em Família |_____|

Nº Total de Filhos e Outros Residentes Menores de 16 anos |_____|:

Data de Nascimento	Sexo Feminino	Sexo Masculino

1. Informação Geral sobre cada Residente Maior de 16 Anos

ID ________

Nome____

Idade _____ Anos Data de Nascimento ______________ Sexo: M ☐ F☐

Isolado ☐

Parentesco com o Chefe de Família:

Próprio ☐ Mulher ☐ Marido☐

Outro ☐ Qual ________________________

Quando Saiu de Timor-Leste ________ Quando Chegou a Portugal ____________

Em que Outros Países esteve

Países	Duração da Estadia (Meses)

Tem Residência em Timor-Leste ☐ Sim ☐ Não

Se Sim, onde (Concelho)_________________________

Tem Familiares Directos em Timor-Leste (Pais, Filhos, Cônjuge, Tios e irmãos)

☐ Sim ☐ Não

	Quantos	Onde (Concelho)
Cônjuge		
Pais		
Filhos		
Tios		
Irmãos		

2. Recenseamento Individual de Competências

Profissão ____

Experiência Profissional

Última Ocupação Profissional em Timor-Leste ______________________________

Outras Ocupações Profissionais em Timor-Leste

Ocupação / Actividade	Duração (Meses)

Ocupação Actual ____

Ocupação Anterior em Portugal ____

Outras ocupações Profissionais em Portugal

Ocupação / Actividade	Duração (Meses)

Outras Ocupações Profissionais noutros Países

Ocupação / Actividade	Duração (Meses)	País

Habilitações Literárias (mais elevadas em cada País)

Diploma ______________________________ Ano de Conclusão ____________

País______________ Instituição ______________________________________

Diploma ______________________________ Ano de Conclusão ____________

País______________ Instituição ______________________________________

Diploma ______________________________ Ano de Conclusão ____________

País______________ Instituição ______________________________________

Formação Profissional

Curso ____

Duração (Horas/Meses)__________________Ano de Conclusão ______________

País______________ Instituição ______________________________________

Curso ____

Duração (Horas/Meses)__________________Ano de Conclusão ______________

País______________ Instituição ______________________________________

Curso ____

Duração (Horas/Meses)__________________Ano de Conclusão ______________

País:______________ Instituição ______________________________________

Conhecimentos Linguísticos

	Fala, escreve e lê	Entende	Não entende
Português			
Tétum			
Bahasa Indonesia			
Inglês			
Outra, Qual?			

3. Intenção de Regresso e Reinstalação em Timor-Leste

Quer voltar a Timor-Leste Sim ☐ Não ☐

Porquê? ____________________

____

____

____

____

Se respondeu Não à questão anterior, o questionário termina aqui

Se Sim, de que forma

Definitivamente ☐

Temporariamente ☐

Porquê? ____________________

____

____

____

____

Que Apoios Necessita para voltar a Timor-Leste

____

____

____

____

____

____

____

____

Quando pensa voltar ____________________

Porquê? ____________________

Onde pensa vir a residir (Concelho) ____________________ Porquê? ____________________

Qual vai ser a sua Ocupação ou Actividade Profissional

	Administração Pública	Sector Privado
Ocupação / Actividade		

Porquê? ____________________

Julga poder encontrar trabalho nesse domínio

Não ☐

Sim ☐

Facilmente ☐

Dificilmente ☐

Porquê? ____________________

Considera que necessita de um Apoio de Formação para uma melhor actividade profissional em Timor-Leste

☐ Não ☐ Sim

Porquê? ____________________

____

____

____

Que Tipo de Formação

Inicial ☐

Aperfeiçoamento / Actualização ☐

Que Conteúdo Formativo

Técnico ☐

Qual? ____________________

____

____

____

____

Linguístico ☐

Qual? ____________________

____

____

4. Observações

____

____

____

____

____

____

____

____

____

____

____

____

____

Participantes na Mesa Redonda, F.C.Gulbenkian, 12.01.2000

Entidades oficiais portuguesas

- Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste da Assembleia da República
- Comissão Interministerial para Timor
- Gabinete de Apoio à Comissão Permanente para o Acolhimento e Inserção Social da Comunidade Timorense
- Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste
- Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
- Instituto do Emprego e da Formação profissional (IEFP)
- Instituto para a Cooperação Portuguesa (ICP)
- Instituto para a Inovação na Formação (INOFOR)
- Ministério da Educação
- Ministério da Justiça
- Ministério da Saúde
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- Ministério dos Negócios Estrangeiros

Entidades representativas dos timorenses

- Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT)
- Gabinete do Prémio Nobel da Paz 1996
- Organização da Juventude e dos Estudantes de Timor-Leste (OJETIL)
- Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL)

Organizações da sociedade civil portuguesa

- Acção Jovem para a Paz
- Associação Abril
- Associação Olho Vivo
- Associação Saúde em Português

- Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC)
- Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM)
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor-Leste (GERTIL)
- Instituto das Comunidades Educativas
- Instituto Marquês de Vale Flor
- INDE - Intercooperação e Desenvolvimento
- Médicos do Mundo
- OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento
- Sol sem Fronteiras
- VIDA – Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento em África

Sector empresarial

- ÁGUAS DE PORTUGAL
- EDP
- GESTNAVE
- PORTUGAL TELECOM

Organizações internacionais

- Organização Internacional para as Migrações (OIM)

OBJECTIVOS DA MESA REDONDA

Divulgar elementos de caracterização da Comunidade Timorense residente em Portugal

- *Estrutura de competências*
- *Vontade de regressar a Timor Leste e condições necessárias*

Participar na discussão das medidas formativas e legislativas apropriadas

- *ao reforço das capacidades técnicas individuais*
- *ao regresso e participação na Reconstrução*
- *à integração socioprofissional*

PROGRAMA

09.30	Acolhimento dos convidados e distribuição da documentação
09.45	Sessão de abertura *Dra. Luísa Teotónio Pereira (CCT)* *Dra. Pascoela Barreto (CNRT)* *Padre Vítor Melícias (Comissário para o Apoio à Transição em Timor Leste)*
10.00	Apresentação do Projecto
10.30	Apresentação da Mesa Redonda
11.00	Intervalo para café
11.15	Apresentação dos dados recolhidos no âmbito do Projecto
13.00	Almoço
14.30	Constituição de 2 grupos de trabalho *Medidas formativas* *Medidas legislativas*
14.45	Sessões de trabalho *adequação e viabilidade das medidas a propor*
17.00	Apresentação dos resultados das sessões de trabalho
17.30	Encerramento

CONVIDADOS

Entidades Oficiais Portuguesas

Entidades representativas dos Timorenses

Organizações da Sociedade Civil Portuguesa

Organizações Internacionais

Animadores responsáveis

Cristina Cruz, Direcção do CCT
Luísa Teotónio Pereira, Direcção do CCT
Maria José Domingos, Coordenação do CCT
Teresa Almeida Costa, Coordenação do Projecto

APRESENTAÇÃO DE OFERTA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

Nome da Entidade ______________________________

Sede social ______________________________

Telefone ___________ Fax __________ Endereço electrónico ______________

Tem prevista ou em curso uma intervenção em Timor-Leste? ______________

____

Responsável pelo projecto de intervenção em Timor-Leste ______________

____

Responsável pelos Estágios Profissionais ______________________________

Área(s) técnica(s) dos Estágios:

(1) ______________________ Duração prevista ______________

(2) ______________________ Duração prevista ______________

(3) ______________________ Duração prevista ______________

Perfil requerido aos formandos (idade, formação académica, formação profissional...):

(1)______________________________

(2)______________________________

(3)______________________________

Oportunidades e condições de emprego posterior em Timor-Leste (entidade empregadora, tipo e duração de contrato, local de trabalho, salário previsto.....):

(1)______________________________

(2)______________________________

(3)______________________________

Anexos

Programa dos Estágios e respectivo calendário:

(1)____

(2)____

(3)____

Outras observações________________________________

Assinatura __________________ Nome legível__________________

Cargo na Entidade __________________

Contacto __________________

Local e data __________________, ___ / ___ / ___